

LUDMILA ANDRZEJEWSKI CULPI

**HEGEMONIA E DEPENDÊNCIA: UM ESTUDO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA
E POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA NO PÓS - SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para a obtenção
do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Paulo Mello Garcias

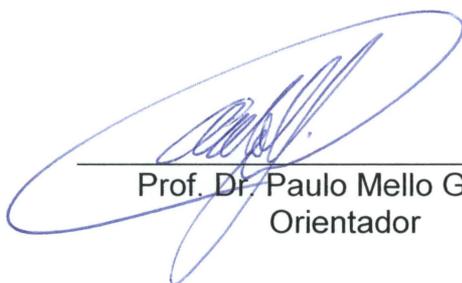
**CURITIBA
2010**

LUDMILA ANDRZEJEWSKI CULPI

**HEGEMONIA E DEPENDÊNCIA: UM ESTUDO DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA
E POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA NO PÓS - SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

Esta monografia foi apresentada, avaliada e aprovada, por uma Banca Examinadora qualificada do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba,..... de dezembro de 2010.



Prof. Dr. Paulo Mello Garcias
Orientador



Prof. Armando Dalla Costa
Avaliador 1



Prof. Fábio Dória Scatolin
Avaliador 2

Dedico este trabalho:

A Deus por ter me oferecido a oportunidade de viver, evoluir a cada dia e ter permitido viver ao lado de todas as pessoas que me cercam.

Ao meu pai pela dedicação e incentivo oferecidos antes, durante e, seguramente, por toda a minha trajetória acadêmica.

A minha mãe pelo carinho em todos os momentos e por me conduzir sempre às melhores escolhas.

A meu irmão pelo companheirismo e pelas lições que me ensina.

Ao meu companheiro, Ícaro, pelo amor, estímulo e compreensão diários.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por ter me dado coragem e determinação para superar as dificuldades.

A meu pai, Roberval, que sempre esteve ao meu lado, como principal apoiador, incentivador e inspirador da realização desse trabalho, por ser aquele que me transmitiu o prazer da busca incessante pelo conhecimento.

A minha mãe, Sélia, pelo apoio emocional que me dá para enfrentar os desafios que têm surgido ao longo da minha vida, contribuindo para o meu crescimento pessoal.

Ao meu irmão, Vinícius, por ser um grande companheiro e amigo que sempre esteve presente nos momentos mais importantes da minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Paulo Mello, por ter me conduzido a uma melhor compreensão dos fatos aqui apresentados e pelos valiosos ensinamentos durante toda a elaboração do trabalho.

Ao meu namorado, Ícaro, por me inspirar a cada dia no desenvolvimento deste e dos demais trabalhos na minha jornada acadêmica.

Às amigas, especialmente Fátima e Raíssa, pela companhia e apoio em mais este momento da minha vida.

Aos colegas, especialmente, Cléverson, Francini e José Roberto, que durante minha vida acadêmica compartilharam comigo experiências e idéias.

A todos os professores que colaboraram decisivamente para a minha formação acadêmica e pessoal.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

“A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai. E a expansão significa o domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência. [...] o que temos é um mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio”

Norbert Elias

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre hegemonia norte-americana e dependência econômica e política da América Latina. Para tanto, contém um breve exame histórico das relações entre os Estados Unidos e a América Latina após o fim da Segunda Guerra Mundial e uma análise das doutrinas adotadas pelos EUA em sua política hegemônica, a fim de compreender os instrumentos de dominação política e econômica, empregados pela potência aos países dependentes. Por fim, este trabalho fornece uma avaliação de caso sob a perspectiva de três teóricos da teoria da dependência, a respeito da hegemonia dos Estados Unidos e da dependência da América Latina no período do pós Segunda Guerra Mundial. Pretende-se, com isso, abordar as inquietudes dos latino-americanos diante da dominação política e econômica dos EUA e expor as propostas de alternativa à dependência imposta, tendo em vista a luta pela independência política e autonomia econômica.

Palavras-chave: hegemonia, relações EUA-América Latina, dependência econômica e política, doutrinas políticas, teoria da dependência.

ABSTRACT

This work aims to discuss the relations between North American hegemony and economic and political dependence in Latin America. To this end, this paper contains a brief historical review of relations between the United States and Latin America after the end of World War II and an analysis of the doctrines adopted by the USA in its hegemonic policy in order to understand the instruments of political and economical domination by the power to make countries dependent. Finally, this work provides an evaluation from the perspective of three theoretical from the dependence theory about the hegemony of the United States and dependence of Latin America in the period of post-Second World War. Intends, with that, to approach the concerns faced by the Latin Americans as a consequence of the political and economic domination of the United States and expose the proposed alternative to dependence imposed in order to fight for political independence and economic autonomy.

Key-words: Hegemony, relations between USA and Latin America, economic and political dependency, political doctrines, dependence theory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 MÉTODO.....	3
2. UMA ABORDAGEM DO SUBDESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA PELA PERSPECTIVA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA	5
2.1. O CONCEITO DE HEGEMONIA ECONÔMICA	5
2.2. O ESTRUTURALISMO DA CEPAL E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA.....	7
2.3. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	10
2.3.1 A PERSPECTIVA DE ANDRÉ GÜNDER FRANK.....	10
2.3.2. A PERSPECTIVA DE RUY MAURO MARINI.....	15
2.3.3. A PERSPECTIVA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	20
3. A HEGEMONIA ECONÔMICA E POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA, APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL	28
3.1. ASPECTOS RELEVANTES PARA A EXTENSÃO DA HEGEMONIA ECONÔMICA E POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA	29
3.2. FATORES DETERMINANTES DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA: AS DOCTRINAS	31
3.3. MÉTODOS DE AÇÃO EMPREGADOS PELOS ESTADOS UNIDOS PARA CONSOLIDAR SUA HEGEMONIA NA AMÉRICA LATINA, APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL.....	39
4. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O ESTUDO DE CASO DO DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	52
5. CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	65
ANEXOS	67
ANEXO A	67
Tabela 2- Taxas anuais médias de crescimento da indústria e do comércio mundiais	67

1. INTRODUÇÃO

A história contemporânea da América Latina é repleta de episódios e de experiência políticas baseadas no questionamento da dependência externa, da vinculação entre classes dominantes nacionais e países dominadores, da distribuição desigual da riqueza, aspectos que caracterizam a região (AYERBE, 2002).

O tema da hegemonia constitui um dos mais decisivos para a análise das relações internacionais contemporâneas, pois este exerce um papel fundamental no desenvolvimento do moderno sistema mundial, dirigido pelo capitalismo histórico.

Para compreender a influência do poderio econômico e político dos EUA, como potência preponderante após a Segunda Guerra, é necessária uma análise da hegemonia norte-americana, a partir da apresentação de seu conceito até a análise da atuação dos Estados Unidos na América Latina.

Nos primeiros anos do pós Segunda Guerra Mundial a América Latina não recebia tanta atenção por parte dos norte-americanos. Contudo, a partir da década de 60, tornou-se a primeira prioridade da agenda externa dos Estados Unidos, que haviam consolidado sua hegemonia econômica e política ao redor do globo.

A presente monografia tem como objeto de estudo a relação entre a hegemonia norte-americana e a dependência econômica e política dos países latino-americanos, no período Pós- Segunda Guerra Mundial até a década de 1980. O problema a qual se busca responder é de que maneira a prática hegemônica dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos, no contexto da Guerra Fria, contribuiu para a consolidação da dependência externa e do subdesenvolvimento da América Latina, além de identificar o papel das classes dominantes da América Latina para a sustentação da dependência.

O objetivo geral do trabalho é compreender a dependência imposta a América Latina pelo exercício hegemônico dos EUA no âmbito político, econômico, militar e ideológico após a Segunda Guerra Mundial. O recorte temporal do trabalho, de 1945 a 1980, justifica-se pelo período compreender a fase de consolidação e posterior declínio da hegemonia norte-americana.

A pesquisa pretendida constitui-se em uma contribuição acadêmica adicional pertinente às questões diplomáticas norte-americanas e latino-americanas, além de se revelar uma análise importante do legado histórico e econômico que a hegemonia norte-americana deixou para a América Latina. Trata-se de um assunto relevante para o estudo das relações internacionais acerca da configuração do sistema internacional e das relações de dependência entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Desta forma, pretende-se ir além da descrição das práticas e ações de dominação por parte dos norte-americanos. O propósito é captar o sentido amplo da dependência e das suas implicações sobre o desenvolvimento dos países latino-americanos.

A pesquisa contida neste trabalho se baseia na busca das razões para a implementação e a sustentação da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, através da exposição do panorama histórico e do estudo das ações hegemônicas.

Para tanto, a estrutura deste trabalho de conclusão de curso se divide na presente introdução e em três capítulos, através dos quais se desenvolvem as questões concernentes à dependência latino-americana paralelamente à hegemonia dos EUA.

O primeiro capítulo é um capítulo teórico, no qual se realiza uma análise sob a perspectiva estruturalista da CEPAL sobre a dependência, bem como de três autores a respeito da teoria da dependência, que levantam hipóteses e sustentam pontos de vista diversos acerca da criação, da manutenção e das alternativas à dependência latino-americana. Dessa forma, possuiremos ao final do trabalho, um arcabouço teórico significativo para a análise da questão da dependência na região e da submissão aos países e economias fortes.

No segundo capítulo, analisa-se de maneira enfática a atuação dos Estados Unidos na América Latina, expondo doutrinas e métodos de ação. Faz-se, em um primeiro momento uma análise da conjuntura da América Latina no pós Segunda Guerra, com o objetivo de se compreender as fraquezas da região nesse período, que permitiram o ingresso econômico e político da hegemonia. Na segunda parte, avalia-se minuciosamente as doutrinas de dominação praticadas pelos EUA, com vistas a explicitar no que se baseavam as ações norte-americanas na região. Na terceira parte, abordam-se as principais práticas, diretas ou indiretas, dos EUA na

América Latina, no campo político e econômico, que representam a concretização dos discursos pertencentes a cada doutrina.

No terceiro e último capítulo apresenta-se uma análise de caso da dependência latino-americana relacionada à hegemonia dos Estados Unidos utilizando os pressupostos dos teóricos da dependência discutidos. Por fim, são apresentadas as conclusões finais da análise e as propostas de superação da dependência apresentadas pelos dependentistas.

Os objetivos específicos do trabalho são: i) expor os métodos e doutrinas utilizadas pelos Estados Unidos ao intervirem nas questões de política interna das nações latino-americanas; e ii) analisar e contrastar os diferentes métodos utilizados pelos teóricos da dependência, com vistas a compreender qual o enfoque mais adequado ao estudo da relação entre América Latina e EUA no período em questão.

1.1 MÉTODO

A presente pesquisa baseia-se na teoria da dependência a qual oferece uma metodologia própria de estudo. Essa teoria calca-se no método histórico-indutivo de Celso Furtado, baseado na análise de fatos históricos e documentos com o intuito de criar uma generalização a partir de um estudo de caso de dependência, o da América Latina.

Esse trabalho pode ser classificado como uma pesquisa explicativa na qual tenta-se compreender o porquê da dependência econômica da América Latina e a relação da mesma com a hegemonia dos EUA. A pesquisa será analítica, pois serão apontadas as estratégias que os EUA utilizaram para influenciar a América Latina no período em questão e as principais teorias que explicam esse fenômeno.

A base teórica utilizada é diversificada, embora seja calcada especialmente nos seguintes autores: Ayerbe, que apresenta uma análise da construção da hegemonia dos Estados Unidos frente a situação de dependência da América Latina; Guimarães e Gramsci, que abordam os fenômenos das estruturas hegemônicas e da hegemonia, além do primeiro estudar as questões da dependência latino-americana; Katchaturov e Romanova, que analisam as questões da hegemonia e da dependências sobre diferentes prismas, o primeiro sob o

aspecto da expansão ideológica e o segundo sob a perspectiva econômica; Günder Frank, Cardoso e Faletto e Marini, cujas perspectivas contribuíram para que se estabelecesse nesse trabalho o paradigma da teoria da dependência, realizando uma análise da questão do subdesenvolvimento a partir do pensamento de cada teórico.

2. UMA ABORDAGEM DO SUBDESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA PELA PERSPECTIVA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

2.1. O CONCEITO DE HEGEMONIA ECONÔMICA

O conceito de hegemonia é um conceito plural, sendo que no âmbito político foi formulado por Antônio Gramsci para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, especialmente da burguesia sobre a classe dos trabalhadores. Segundo Antonio Gramsci (2004, p. 12):

A hegemonia de uma classe, fração de classe ou conjunto de classes no poder se manifestaria através do consentimento espontâneo dado pelas grandes massas da população à direção geral imposta à vida social pelo grupo dominante.

Portanto, de acordo com o pensamento gramsciano, em termos políticos, para que uma manifestação de poder seja considerada hegemônica é necessário o consentimento voluntário dos dominados.

Embora a hegemonia, como capacidade de promover um consenso generalizado, que se estende a várias classes sociais, seja ético-política, é existente sempre a partir de uma base econômica. Segundo Gramsci (2004, p.13):

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente [...] que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

O termo passou a ser usado no século XIX, em matéria de relações internacionais, visando caracterizar o papel de um Estado dominante face aos que são por ele influenciados, em termos de potências hegemônicas.

O conceito de hegemonia de Gramsci, aplicado às relações internacionais, como é exposto por Ayerbe em sua obra, foi elaborado por Cox (*apud* AYERBE, 2002, p.59):

historicamente, para converter-se em hegemônico, um Estado teria que construir e defender uma ordem mundial que fosse universal em concepção, isto é, não uma ordem em que um Estado diretamente explora outros, mas uma ordem que a maioria dos Estados (ou pelo menos aqueles próximos da sua hegemonia) considere compatível com seus interesses. Tal ordem dificilmente seria concebida em termos somente interestatais, porque, provavelmente, isso traria para o primeiro plano os interesses opostos dos Estados. Ela provavelmente daria destaque às oportunidades para que as forças da sociedade civil pudessem operar em escala mundial (ou na escala da esfera em que a hegemonia prevalece). O conceito hegemônico de ordem mundial está fundado não apenas na regulação do conflito interestatal, mas também como uma sociedade civil concebida globalmente, isto é, um modo de produção de dimensões globais que põe em funcionamento ligações entre as classes sociais dos países abarcados por ele.

Guimarães se refere a dois tipos de conceitos, o de estruturas hegemônicas, o qual considera preferível, e o de Estado Hegemônico. De acordo com Guimarães (2001, p.25):

Por Estado Hegemônico se pode entender aquele Estado que, em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condições de organizar o sistema internacional, em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses, de toda ordem, sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, sem Potência ou coalizão de Potências que possa impedi-lo de agir.

Torna-se fundamental relativizar alguns aspectos da definição de Estado Hegemônico à medida que percebe-se que não é necessária a superioridade absoluta do Estado sobre os demais para qualificá-lo como hegemônico. É possível aceitar algumas restrições de sua atuação, em casos não fundamentais, isto é, não prejudiciais à manutenção de sua condição. Um dos principais aspectos da condição de hegemonia é a capacidade que o Estado hegemônico tem de abdicar de algumas vantagens que a hegemonia lhe confere a curto prazo, em prol do objetivo maior de garantir o conjunto de seus interesses a longo prazo.

O Estado possui as seguintes competências: legislar, isto é, estabelecer normas de conduta; sancionar, isto é, punir os violadores das normas; dirimir conflitos sobre sua interpretação, e por fim, defender os interesses de seus

nacionais e suas empresas quando estes se encontram sob jurisdição de uma nação estrangeira.

Tais funções estatais são radicalmente distintas das funções empresariais, que consistem em produzir e distribuir mercadorias e prestar serviços de forma privada, dentro do mercado. Portanto, a emergência dessas novas empresas supranacionais não modifica as funções originais do Estado.

Dessa forma, Guimarães (2001, p.28) considera o conceito de estruturas hegemônicas o mais adequado para abranger os complexos mecanismos de dominação. O conceito de estruturas hegemônicas traz uma vantagem, evita a discussão da existência ou não de uma potência hegemônica. Esse conceito é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organismos internacionais, múltiplos atores privados e públicos, a possibilidade de inserção de novos participantes, e a elaboração permanente de normas de conduta. Contudo, no centro dessas estruturas, sempre encontram-se os Estados nacionais.

Guimarães (2001, p.28-29) salienta que:

As estruturas hegemônicas vêm procurando consolidar sua extraordinária vitória ideológica, política e econômica por meio da expansão de sua influência e ação em todo o mundo, em especial sobre os territórios que estiveram, até recentemente, sob organização socialista e sobre aqueles territórios da periferia aos quais haviam elas taticamente permitido "desvios" de organização econômica e política no período mais acirrado da disputa com o modelo socialista alternativo.

Assim, hoje as estruturas hegemônicas, cuja liderança varia de acordo com inúmeros fatores como, o espaço geográfico, o momento e o tema em questão, desenvolvem ativas estratégias de manutenção de seu poder econômico, militar, ideológico, político e tecnológico (GUIMARÃES, 2001, p. 29).

2.2. O ESTRUTURALISMO DA CEPAL E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) é um órgão das Nações Unidas que difundiu um conjunto de teses a respeito do desenvolvimento da América latina, que se tornaram reconhecidas pelos pensadores latino-americanos. A teoria cepalina surgiu como uma crítica a teoria do comércio internacional clássica, baseada nas leis das vantagens comparativas de Ricardo. Para a teoria clássica do

comércio internacional o intercâmbio entre as nações teria como consequência a equalização relativa da remuneração de fatores (capital, trabalho).

A teoria da CEPAL, tendo como principal representante Raúl Prebisch, opõe-se a essa premissa, ao afirmar que as relações econômicas entre o centro e a periferia reproduzem as condições do subdesenvolvimento e tendem a aumentar o fosso entre os países ricos e os pobres. Isso se deve ao fato de os países desenvolvidos se apropriarem dos frutos do progresso técnico, o que não ocorre com os países periféricos. Prébisch defendeu a tese da deterioração dos termos de troca, que apontava que: i) a taxa de crescimento da produtividade dos bens manufaturados é maior que a dos bens primários; ii) esse aumento de produtividade deveria ser repassado para o preço, que deveria diminuir pelo menor valor incorporado a cada unidade produzida; iii) contudo, os sindicatos e os oligopólios, preocupados com a queda dos salários e das taxas de lucros, se mobilizavam para impedir a queda dos preços proporcionalmente ao aumento da produtividade (CARDOSO, 2003).

Dessa forma, os preços dos produtos primários, produzidos pelas economias periféricas tende a declinar como proporção dos preços dos bens industrializados. Isso acarreta uma menor capacidade de acumulação na periferia, que deve ser eliminada pela correção das políticas econômicas, que devem ser específicas para os países subdesenvolvidos, com foco sobre a acumulação e o desenvolvimento (CARDOSO, 2003).

Em particular, a escassez de capital na região impediu o desenvolvimento de uma indústria forte. Além disso, as instituições arcaicas desses países subdesenvolvidos são outro obstáculo, pois não diagnosticam corretamente o problema e não apresentam alternativas corretas de políticas para sua solução (PRÉBISCH, 1949).

Para Prébisch (1949), a industrialização é o único meio pelo qual os países periféricos podem adquirir os frutos do progresso tecnológico e elevar o padrão de vida da população. Com o intuito de promover a industrialização é necessário intensificar o comércio internacional na América Latina, por meio da importação de bens de capital e pela exportação de bens primários. Além disso, é fundamental que ocorram inversões estrangeiras em setores produtivos nos países em desenvolvimento. O autor constata que houve uma queda no coeficiente de importações dos Estados Unidos da América, pois este acentuou sua política

protecionista com o aumento da produtividade técnica no Pós-Segunda Guerra Mundial. Esse processo gera escassez internacional de dólares, o que dificulta a industrialização, pois os países latino-americanos precisam comprar os bens de capital que não produzem (PRÉBISCH, 1949).

A teoria cepalina explicitou as tarefas principais para o desenvolvimento da América Latina, quais sejam: comércio internacional ativo para proporcionar o crescimento da região, acumulação, aumento de produtividade e expansão do consumo popular. Esse receituário é mais liberal que o dos teóricos da dependência, que, embora apregoem a necessidade de acumulação para financiamento da industrialização, não acreditam que o aumento da produtividade e a expansão do comércio por si só solucionarão o problema do subdesenvolvimento.

É importante expor o pensamento de um dos mais proeminentes economistas brasileiros, Celso Furtado, o qual propôs uma teoria do subdesenvolvimento para a América Latina. Esse autor defende que a inserção de tecnologia nos países latino-americanos se deu na área de infra-estrutura e não no setor produtivo. Dessa forma, o cenário das economias da América Latina é de difusão do progresso técnico de forma lenta, tornando o acesso aos frutos da produtividade concentrados em alguns setores, permanecendo uma grande parcela da população marginalizada. As saídas para o subdesenvolvimento na região que devem ser colocadas em prática pelos governos são: i) reconstrução das estruturas econômicas, com o intuito de intensificar a absorção de tecnologia em todos os setores produtivos; ii) elaboração de políticas de emprego capazes de encerrar o processo de marginalização social; iii) aparelhamento do setor público; iv) conquista de um mínimo de autonomia tecnológica; e v) cooperação no plano regional (FURTADO, 2007).

A resposta da teoria da dependência às brechas que a CEPAL deixou quando a industrialização na América Latina podem se resumir ao fato de que há um desenvolvimento capitalista na região, entretanto, dependente. A principal razão que provocou essa dependência é o fato de os investimentos estrangeiros terem se dado no setor de produção de bens de consumo durável, o que levou a necessidade do ciclo de acumulação se completar em escala mundial. Assim, as economias periféricas industrializaram-se, porém o setor de bens de capital manteve-se no centro, o que teve como conseqüência a propagação do dinamismo dos investimentos no mercado interno para o centro. Por fim, conclui-se que as

economias periféricas são interdependentes, por uma assimetria específica que repõe a deterioração dos termos de troca entre centro e periferia.

2.3. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A teoria da dependência surgiu como uma crítica à forma dependente em que o capitalismo se manifestava na América Latina. Embora não negue a exploração das áreas periféricas por parte das economias centrais, defende que a dependência não pode ser atribuída apenas aos dominadores, mas também às elites dos países subdesenvolvidos que se associam às economias centrais e se tornam subordinadas a elas.

Além disso, a teoria foi criada com vistas a indicar novos rumos para que as economias latino-americanas voltassem a trilhar o caminho do desenvolvimento, incluindo a avaliação econômica e de fatores políticos, sociológicos, culturais e históricos. A análise se foca nas relações entre Estados, a um prisma até então marginalizado pelas abordagens, o do subdesenvolvimento (SALDANHA, 2006).

A seguir serão expostos os pressupostos mais relevantes dos três teóricos eleitos para demonstrar o corpo teórico da teoria da dependência, por meio da exposição e da contraposição de suas idéias, com vistas a apontar os elementos fundamentais à compreensão do subdesenvolvimento e da dependência da América Latina.

2.3.1 A PERSPECTIVA DE ANDRÉ GÜNDER FRANK

Um dos mais proeminentes teóricos da corrente “dependentista” do pensamento econômico, o economista e sociólogo alemão André Günder Frank (1929-2005) dedicou boa parte de seu tempo, como pesquisador, a entender o dilema dos países capitalistas subdesenvolvidos na luta contra a dependência econômica em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos. Em sua opinião, os fatores responsáveis pela perpetuação do subdesenvolvimento na América Latina

não são aqueles indicados pelos pensadores da CEPAL, mas sim o próprio desenvolvimento do sistema capitalista, que provocou o enriquecimento das regiões centrais e a conseqüente subordinação dos Estados periféricos aos Estados do centro (GÜNDER FRANK, 1966).

Bresser Pereira (2005) afirma que a perspectiva de Günder Frank sustenta que a causa do atraso dos países latino-americanos não se encontra apenas na exploração exercida pelo centro imperialista, mas na incapacidade das elites locais, sobretudo a burguesia, em defender os seus interesses nacionais, não permitindo que haja uma revolução nacional burguesa. GÜNDER FRANK (1966) nega a hipótese formulada pelo paradigma nacional-desenvolvimentista de que estava surgindo na América Latina uma burguesia industrial e nacional, se contrapondo às elites latino-americanas arcaicas, em parte feudais e em parte mercantis.

Ao detectar a dependência econômica, política e ideológica das burguesias latino-americanas e dos seus Estados supostamente independentes em relação à metrópole, Günder Frank (1980, p. 201) afirmou:

Em nossa análise do segundo estágio da acumulação capitalista, já observamos de que modo as burguesias latino-americanas – depois de derrotarem os inimigos dentro de sua própria classe e das outras – voluntária e entusiasticamente adotaram a doutrina e a política do livre-comércio, a qual as potências metropolitanas muitas vezes tiveram que impor pela força em outras regiões (GÜNDER FRANK, 1980,p.201).

O sociólogo alemão apontou ainda que outro exemplo deste tipo de colaboração das elites latino-americanas no processo de acumulação capitalista foram as medidas políticas de mudança social desencadeadas a partir da metade do século XIX, as reformas liberais que serviram para acelerar o processo econômico que lhe deu origem.

Enfatiza-se que no século XX, o padrão de importação-exportação da periferia para o centro permaneceu, porque o desenvolvimento econômico, político e urbano, orientado para a metrópole, levou à formação de interesses de classe que mantiveram e expandiram este desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano (GÜNDER FRANK, 1980).

Na visão de Günder Frank (*apud* SALDANHA, 2006), os Estados periféricos com menor desenvolvimento estão incorporados ao sistema econômico capitalista em função do desencadeamento histórico das relações coloniais de dominação, o

que provocou a dependência das ex-colônias aos Estados centrais e seus interesses.

Para o autor, a estrutura de classes latino-americanas foi formada pelo desenvolvimento das formas de dominação colonial, que foram do mercantilismo ao imperialismo.

Sucessivamente, graças a essa estrutura colonial, as metrópoles da Espanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos submeteram a América Latina à exploração econômica e à dominação política que determinaram sua estrutura sociocultural e sua atual estrutura de classes. A mesma estrutura colonial estende-se por toda a América Latina; as metrópoles nacionais subjugarão seus centros provinciais e esses centros dominam os centros latino-americanos, por meio de um colonialismo interno semelhante (GÜNDER FRANK, 2003, p.365).

Dessa forma, em função do entrelaçamento entre a estrutura de classes dentro das colônias, determinadas pelo arranjo colonial, pode-se afirmar que as contradições primordiais da América Latina são “internas” (GÜNDER FRANK, 2003).

Constata-se, pela abordagem do autor, que a luta contra a dominação externa na América Latina deve ser realizada através da luta de classes. A união e a mobilização popular, de acordo com Günder Frank (2003), contra o inimigo imediato da libertação nacional, que seria a própria burguesia interna dos países, gera um confronto mais vigoroso com o inimigo principal (o imperialismo) que o confronto direto das forças antiimperialistas contra o seu adversário.

A coincidência estratégica da luta de classes com a luta antiimperialista e a prioridade tática da luta de classes na América Latina sobre a luta antiimperialista contra a burguesia metropolitana aplicam-se claramente à guerra de guerrilhas, que primeiramente deve eclodir contra a burguesia nacional do país; e também são válidas no que se refere ao combate político e ideológico, que não deve visar apenas o inimigo imperialista e colonial, mas também o inimigo de classe local (GÜNDER FRANK, 2003, p.371).

Günder Frank (2003) sustenta que a revolução na América Latina deveria ser feita contra o imperialismo que existe na própria sociedade latino-americana e a ideologia e prática contra-revolucionária nos países socialistas e nos partidos marxistas. Para ilustrar essa aspiração, Günder Frank (2003, p.371) cita Che Guevara: “A última mensagem de Che nos pede que comecemos imediatamente

combater o inimigo no campo de batalha imediato dos nossos próprios países e estendamos a revolução ao mundo inteiro, partindo deles”.

Para responder ao questionamento sobre se o ideal é iniciar a luta contra as classes burguesas locais fiéis ao imperialismo ou mobilizar a maior quantidade de forças populares contra o imperialismo como inimigo central, Gúnder Frank (2003) salienta a importância de diferenciar a estrutura colonial da América Latina da estrutura de classes dessa região.

A estrutura de classes é identificada nas relações existentes entre o povo e os meios de produção e as diferentes formas de participação desses indivíduos no processo produtivo. Em contrapartida, a estrutura colonial vincula lugares, setores, grupos raciais ou étnicos, de acordo com cada caso. Na América Latina, existe uma estrutura colonial, determinada pelo sistema capitalista, na qual a metrópole explora suas colônias, ao passo que as metrópoles nacionais latino-americanas exploram seus centros provinciais, formando uma rede colonial que se estende do centro imperialista à região rural mais isolada desses países subdesenvolvidos (GÜNDER FRANK, 2003).

Segundo Gúnder Frank, essa distinção tem o objetivo de descobrir qual a relação entre a estrutura de classes e a estrutura colonial e como se determinam, assim como pretende definir de que maneira e onde deve-se combatê-las. O estudioso acredita que é provável que se demonstre através da história da América Latina, que as relações coloniais, de produção e distribuição estabelecidas entre a metrópole capitalista e a América Latina, construíram a estrutura de classes latino-americana, de maneira mais efetiva que essa definiu a outra. A partir dessa reflexão, conclui-se que ainda que o imperialismo seja o inimigo principal é necessário lutar contra ele por meio do combate imediato contra o inimigo de classe, de cada nação latino-americana (GÜNDER FRANK, 2003).

Contudo, Gúnder Frank (2003) ressalta que essa nova visão de luta revolucionária não significa a desistência do combate convencional antiimperialista na América Latina. O teórico destaca que essa nova proposta constitui uma alternativa para a discussão e a avaliação das condições da realidade latino-americana. Gúnder Frank salienta ainda a importância das experiências revolucionárias anteriores para a formação desse pensamento.

E a experiência revolucionária nos oferece provas que apóiam esta proposta: o confronto entre o povo cubano e o imperialismo foi gerado pela mobilização popular contra o inimigo de classe cubano, tanto na Sierra Maestra quanto em Havana, e não o contrário. A Revolução de Outubro, que engendrou a contradição e o confronto entre o socialismo e o imperialismo, resultou da luta contra o inimigo de classe local, já que o imperialismo fora parcialmente neutralizado após Brest-Litovsk¹ (GUNDER FRANK, 2003, p.373).

Todavia, Günder Frank atenta para a importância de se examinar as experiências revolucionárias fracassadas:

Por outro lado, é possível afirmar que os fracassos de várias tentativas de revolução devem ser imputados a um exagero da importância atribuída ao inimigo externo, excluindo os inimigos internos ou locais. E mesmo o confronto das forças constitucionalistas de São Domingos com o imperialismo só ocorreu depois do desafio lançado por essas forças ao inimigo de classe local (GUNDER FRANK, 2003, p. 373).

A insurreição popular contra a burguesia local ou o desafio popular lançado à hegemonia dessa classe forçará as forças imperialistas a entrar nessa luta. Entretanto, o poder imperialista seria desafiado com maior vigor a partir do combate ao inimigo de classe nacional, do que por tentativas internas de coalizões de classes que almejam mobilizar a população contra um adversário localizado fora de suas fronteiras, cuja forma parece abstrata ao povo. Essa situação ocorrerá principalmente no campo, quando os trabalhadores preferirão combater a força que os oprime direta e visivelmente, a uma que eles desconhecem.

Em síntese, Günder Frank (1980) relata que as economias periféricas foram incorporadas ao cenário internacional desde o período colonial de uma forma submissa. Assim, as alianças entre as economias centrais e as elites das economias periféricas somente fortaleciam esta relação.

Para Saldanha (2006, p. 243), André Günder Frank demonstrou em seu pensamento:

[...] a descrença total e completa no sistema capitalista global, apresentando como única alternativa para os Estados com menor grau de desenvolvimento, uma revolução de caráter socialista, contrariando assim a idéia dos dependentistas não-marxistas que acreditavam em uma revolução democrática burguesa e uma simples reestruturação da ordem capitalista

¹ O tratado de Brest-Litovsk foi um tratado de paz firmado, em 1918, entre Rússia e as potências centrais, no qual se reconhecia a derrota da Rússia na Primeira Guerra Mundial. A partir da ratificação desse tratado a Rússia perdeu grande parte do domínio que exercia sobre as demais nações.

internacional. Em outras palavras, a ordem internacional deveria sofrer mudanças radicais, pois esta contribuía para uma situação de hegemonia dos Estados desenvolvidos (SALDANHA, 2006, p. 243).

Conclui-se, a partir da interpretação da perspectiva de Günder Frank, que este afirma que a única alternativa para o desenvolvimento desses países, atrelados à situação de dependência e atraso, é a revolução socialista.

2. 3.2. A PERSPECTIVA DE RUY MAURO MARINI

O sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997) foi, entre os pensadores que criticaram o modelo de desenvolvimento dependente dos países latino-americanos, o mais radicalmente favorável a um caminho revolucionário como meio de romper a dependência. Assim como Günder Frank, Ruy Mauro Marini pode ser incluído na corrente marxista da teoria da dependência.

Marini (2000) assinala que a economia latino-americana apresentava peculiaridades, que, em alguns casos, podiam ser caracterizadas como insuficiências e, em outros, como deformações. Devido a isso, era importante destacar que quando se tratava de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa realidade não poderia se transformar da mesma forma que ocorreu no desenvolvimento das economias capitalistas avançadas: “É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional” (MARINI, 2000, p. 106).

A América Latina se inseriu no sistema internacional pela primeira vez como colônia, o que conferiu a ela o status de continente exportador de produtos primários, comandado e explorado de acordo com interesses das nações centrais. Assim, a região adquiriu participação importante no aumento do fluxo de mercadorias, além de contribuir para o desenvolvimento do sistema capitalista no processo de acumulação (MARINI, 2000).

Marini (2000) assinala que a conquista da independência política dos Estados do continente foi incapaz de provocar o rompimento da dependência econômica, que perpetuou-se. Aos países da América Latina foi atribuído o papel de produtor e

exportador de matéria prima para os países industrializados, para garantir a importação de produtos de consumo, advindos dos países centrais. Dessa forma, a dependência se configurou como uma relação de subordinação entre nações ricas e pobres, dependentes das produções umas das outras. O conceito de dependência apresentado por Marini reflete seu pensamento acerca da funcionalidade dos países dependentes às economias centrais. Para Marini, a dependência é:

Entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (MARINI, 2000, p. 109).

Ao contrário de Günder Frank, Marini (2000), sustenta que a relação colonial não se equivale a relação de dependência. O teórico acredita que apesar de haver uma continuidade entre ambas, as mesmas não são homogêneas.

Saldanha resume a perspectiva de Marini a respeito da dependência da seguinte maneira:

Ruy Mauro Marini, conforme com a corrente marxista, afirma que o capitalismo gera a inevitabilidade do desenvolvimento do subdesenvolvimento, pois entende que a separação entre fornecedores de matéria-prima e fornecedores de produtos industrializados gera uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes; em outras palavras, uma relação de dependência promovida pelo mecanismo capitalista através de um simples instrumento: a exploração da massa proletária por parte da burguesia industrial como forma de compensar a baixa escala de produção e a capacidade ociosa de indústrias, construídas com absorção da tecnologia importada dos Estados desenvolvidos (SALDANHA, 2006, p.243).

Marini (2000) salienta que a formação da indústria moderna teria sido interrompida se não tivesse sido auxiliada pelos países periféricos. Isso se justifica em função da grande disponibilidade de produtos agrícolas requerida pelo desenvolvimento industrial para que se possibilite a especialização desse setor.

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não teria podido ter lugar se estes não tivessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Foi isto que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países

industriais como produtores mundiais de manufaturas (MARINI, 2000, p. 111).

Deste modo, a função mais duradoura para a América Latina se mostrou ser a de criadora de uma oferta mundial de alimentos e de produtora de matérias-primas industriais, à medida que o processo de desenvolvimento industrial se acelerou. A partir dessa função, o continente mantém a importância na divisão internacional do trabalho mesmo que esta atinja novo estágio (MARINI, 2000).

De acordo com Marini (2000), uma representativa contribuição da América Latina ao capitalismo mundial está relacionada ao deslocamento do eixo de acumulação nas economias industriais, da produção da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Nesse cenário, a mais-valia deixa de depender unicamente do prolongamento da jornada de trabalho ou do aumento da intensidade do mesmo, que constantemente levam a revolta dos trabalhadores, para depender em maior grau do desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, através da incorporação de tecnologia avançada.

No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar esta mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador. É este caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, que deve reter nossa atenção (MARINI, 2000, p. 113).

Como expõe Marini (2000), contraditoriamente, essa mesma produção que contribui para a mudança qualitativa nos países centrais, está assentada nas economias latino-americanas em uma maior exploração dos trabalhadores locais, através da expropriação de parte do trabalho necessário para repor sua força de trabalho.

O que aparece claramente, então, é que as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadoras (o que implicaria num esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2000, p. 122).

Cabe acrescentar que a principal diferença entre as análises de Marini e dos cepalinos é que o primeiro ao fazer uma avaliação do processo histórico e da luta de classes, busca uma explicação estrutural para a questão da dependência. Marini

não observa desenvolvimento e dependência como partes do mesmo processo, mas visualiza-os como fenômenos diferentes e antagônicos, e ao mesmo tempo complementares entre si, em uma relação dialética com o sistema internacional (MARINI, 2000).

A economia exportadora é, então, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional (MARINI, 2000, p.134).

É importante destacar que, de acordo com Marini (2000) a industrialização latino-americana corresponde a uma nova divisão internacional do trabalho, na qual são transferidas, aos países dependentes, etapas inferiores da produção industrial, reservando as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia corresponde, para as economias centrais.

Em síntese, as economias periféricas competindo em condições inferiores, não somente em razão da inserção tardia no mercado internacional, mas também pelo grau menor de desenvolvimento de suas forças produtivas, buscam compensar esse déficit através da superexploração do trabalho (conceito introduzido por Marini, que corresponde ao predomínio da maior exploração do trabalho), uma combinação da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa e a intensificação do trabalho. A burguesia das nações dependentes privilegia o mercado externo, o consumo de bens de alto padrão e as encomendas estatais, o que deprime ainda mais o desenvolvimento do mercado interno.

De acordo com Marini (2000):

A convergência desses fatores gera o processo de dependência que, ao contrário do catastrofismo que passou a caracterizar as teorias provenientes da Cepal ou sua versão de interdependência como saída para esse bloqueio, gera um desenvolvimento cada vez mais desigual e combinado, um desenvolvimento que só é possível aprofundando a dependência com graus ainda maiores de desarticulações internas de toda ordem – econômicas, sociais, políticas e ideológicas (MARINI, 2000, p.9).

Para Marini (2000), quando a América Latina for convertida em centro produtor de capital, deverá criar seu próprio modo de circulação, para não ficar atrelada àquele formado pelo capitalismo industrial, que colocou o continente em condição de dependência.

Marini (2000) afirma:

Pois bem, o que se pretende demonstrar no meu ensaio é, primeiro, que produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma formas determinada (MARINI, 200, p.160).

Marini (2000) sustenta que em função da incompetência das classes dominantes da América Latina em garantir a defesa das nossas economias, os trabalhadores adquirem o papel de classe transformadora, e é preciso que se mobilizem para que a mudança ocorra.

De acordo com Marini, (2000) os trabalhadores não poderão modificar a situação precária dessas economias, que se caracterizam pela ameaça da desindustrialização, ou seja, a situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, pelos atrasos no sistema educacional, pela insuficiência das políticas públicas tecnológicas e a ausência de políticas que visem o desenvolvimento econômico, enquanto não entrarem na luta pela democratização do Estado, com o objetivo de tirar as classes dominantes do controle do poder e promover uma política condizente com a configuração do mercado mundial. Como salienta Marini (2000, p.294): “É neste sentido que a questão econômica se tornou hoje, mais do que nunca, uma questão política ou, o que dá no mesmo, que a luta contra a dependência não pode se divorciar da luta pela democracia”.

Através do contínuo avanço do fenômeno da globalização é imprescindível a determinação mais clara dos objetivos da classe trabalhadora e a criação de mecanismos que permitam a ela atuar de maneira mais organizada no mercado mundial plenamente construído. A contrapartida da globalização é a formação, de maneira de gradual, de um proletariado internacional legítimo, o qual permitirá a recolocação em bases mais concretas, da luta de povos por formas de organização superiores (MARINI, 2000).

2.3.3. A PERSPECTIVA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O sociólogo e ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso é outro importante representante do pensamento “dependentista” no que tange às relações internacionais. Em suas reflexões admitiu que no período imediatamente posterior à 2ª Guerra Mundial, as condições estruturais e a conjuntura econômica favorável possibilitaram a crença entre os economistas de que alguns países latino-americanos estavam em vias de completar o processo de consolidação de seu setor industrial e de viabilizar transformações econômicas que poderiam atingir o desenvolvimento auto-sustentado dos mesmos. Surgiu uma perspectiva que ressaltava a necessidade de os Estados tomarem as decisões econômicas adequadas a cada situação, para provocar o desenvolvimento dessa região. Contudo, essa visão otimista teria se desvanecido desde fins da década de 1950, porque se constatou que não foram tomadas as medidas necessárias para garantir a continuidade do desenvolvimento e algumas das providências tomadas não alcançaram o resultado esperado (CARDOSO, 1970a).

Cardoso (1970a) sustenta que faltou a esses países promover mudanças que construíssem novas estruturas institucionais e sociais que permitiriam que as condições econômicas favoráveis fossem traduzidas em um movimento que garantisse uma política de desenvolvimento. Entretanto, o próprio autor afirma que essa é uma análise superficial da questão da dependência. Para Cardoso (1970a p.15):

Ainda que os graus de diferenciação da estrutura social dos diversos países da região condicionem de forma diversa o crescimento econômico, não é suficiente substituir a interpretação “econômica” do desenvolvimento por uma análise “sociológica”. Falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais (CARDOSO, 1970a, p.15).

A partir dessa perspectiva, Cardoso e os teóricos dependentistas criticam o paradigma desenvolvimentista clássico, por não incluir fatores importantes para a compreensão da dependência e para a proposição de uma alternativa para a superação desta realidade. Além disso, outra crítica é proferida aos

desenvolvimentistas por estes não abordarem a estrutura internacional como fator determinante da situação de subdesenvolvimento (SALDANHA, 2006).

A Teoria da Dependência, sob a perspectiva de Fernando Henrique Cardoso (1970a), pretende compreender a situação latino-americana, a partir de uma análise da formação das sociedades capitalistas dos países hoje desenvolvidos e da construção de esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico. Esse esforço de entendimento leva a uma valorização do conceito de dependência como ferramenta teórica para frisar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras - este último num contexto de dependência nacional (CARDOSO e FALETTO, 1970a).

Cardoso e Faletto destacam a inexistência de relação metafísica de dependência, ou seja, de uma relação da qual não há fuga, entre uma nação e outra. Para esses autores, essas relações se tornavam possíveis por intermédio de uma rede de interesses e de coações que vinculam uns grupos sociais aos outros, umas classes às outras, em cada situação de dependência.

A idéia de dependência é apresentada por Cardoso (1970b) com o objetivo de enfatizar uma análise que resgata o significado político dos processos econômicos e ainda insiste na possibilidade de explicar os processos sociais, políticos e econômicos a partir dos fatos concretos e particulares em que se desenrolam no contexto das situações de dependência. Para Cardoso:

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características do modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. As economias baseadas em enclaves coloniais constituem o exemplo típico dessa situação extrema (CARDOSO, 1970a, p.26).

Para Goldenstein (1994), Cardoso e Faletto, em sua obra:

reivindicaram a análise concreta de cada situação, recusando-se a tomar a América Latina como um todo único, indivisível, cuja performance seria sempre resultado de um mesmo movimento cuja determinação partiria dos centros econômica e politicamente dominantes dos países centrais (GOLDENSTEIN, 1994, p. 39).

Frente à argumentação apresentada, Cardoso e Faletto (1970a) propuseram a análise individual de cada caso, evitando as generalizações. Para justificar essa opção, os teóricos afirmam considerar que a configuração interna de cada país era fundamental para entender a própria relação da dependência, à medida que ela deixava de ser vista como uma variável externa. Com isso, se estuda cada situação em função das manifestações específicas de luta política que se desencadeia em cada Estado, provocando diferentes relações de dependência, para assim apresentar um retrato da realidade interna de cada país (GOLDENSTEIN, 1994).

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto refletem uma corrente marxista mais moderada e ortodoxa, ao aceitar o papel positivo do desenvolvimento capitalista e a falta da necessidade do socialismo para atingir o desenvolvimento econômico e social (OLIVEIRA, 2004).

Cardoso (1970b), ao criticar as análises do desenvolvimento, que abstraem as condicionantes sociais e políticas do processo econômico, as concepções evolucionistas (das etapas) e funcionalistas (sobretudo a teoria da modernização) do desenvolvimento, sustenta que o desenvolvimento que ocorre é capitalista e que não pode desvincular-se do processo de expansão do sistema capitalista internacional e das condições políticas em que opera. Cardoso (1970b) orienta a crítica com o objetivo de revelar que a análise "estrutural" dos processos de formação do sistema capitalista só tem sentido quando calcada historicamente.

Ao explicar o significado dessa proposição Cardoso (1970b, p. 27 e 28) defende:

Quer dizer, basicamente, que as estruturas condicionantes são o resultado da relação de forças entre classes sociais que se enfrentam de forma específica em função de modos *determinados* de produção. Trata-se, portanto, de valorizar um estilo de análise que apanha os processos sociais num nível concreto (CARDOSO, 1970b, p.27 e 28).

Sendo assim, a análise do conceito da dependência permite que se compreenda que este valoriza dois aspectos metodológicos: a necessidade de analisar o processo histórico de constituição da periferia da ordem capitalista internacional a partir da explicitação da dinâmica da relação entre as classes sociais no nível doméstico dos Estados; e o reaparecimento dos fatores externos inseridos estruturalmente tanto na articulação da economia, das classes e do Estado com as

economias centrais e com as potências dominantes, como na articulação dessas mesmas classes e no tipo de organização econômica e política que prevalece no interior de nação dependente (CARDOSO, 1970b).

A partir dessa concepção, Cardoso não considera adequado separar os fatores “externos” dos “internos”, e propõe encontrar as características internas das sociedades que expressem a relação com o exterior. De acordo com Cardoso (1970a, p.28):

São justamente os fatores político-sociais internos – vinculados, como é natural, à dinâmica dos centros hegemônicos – os que podem produzir políticas que se aproveitam das “novas condições” ou das novas oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, as forças internas são as que redefinem o sentido e o alcance político-social da diferenciação “espontânea” do sistema econômico. [...] As alianças dos grupos e forças sociais internas, estão afetadas por sua vez pelo tipo e intensidade das mudanças e estas dependem, em parte, do modo de vinculação das economias nacionais ao mercado mundial (CARDOSO e FALETTA, 1970a, p. 31).

Além de negarem a necessidade da separação dos aspectos “internos” dos “externos”, Cardoso e Faletto refutam a teoria evolucionista, defendendo a inexistência de um nexo direto entre diferenciação do sistema econômico e a construção de centros autônomos de decisão. Assim, afirmam haver a possibilidade de existir diferenciação econômica das relações de dependência, eliminando a idéia de que os países dependentes possuem as mesmas características de formação econômica e política, decorrentes da exploração por parte das economias centrais.

Cardoso e Faletto (1970a) privilegiam os fatores internos na compreensão das “situações concretas de dependência”, devido ao fato de não a conceberem como fenômeno histórico concreto definido pelo desenvolvimento do mercado mundial capitalista.

Essas considerações, contudo, não excluem a importância das relações externas na explicação da realidade de uma nação, pois os fatores externos exercem um papel de importância semelhante a dos internos na configuração da realidade. Entretanto, isso não significa que a ordem internacional esteja subordinada aos fatores internos, mas sim que as características estruturais de cada Estado (da manifestação política das classes nacionais) geram diferentes interações de dependência (SALDANHA, 2006).

A partir dessas constatações, Cardoso e Faletto (1970a) expõem a diferenciação entre os conceitos de subdesenvolvimento, periferia e dependência:

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado de grau de diferenciação do sistema produtivo – apesar de que, como vimos, isso implique algumas “conseqüências” sociais – sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente ou externamente. As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência (CARDOSO e FALETTO, 1970a, p. 27).

Resgata-se a percepção da necessidade de evitar a discussão do processo de desenvolvimento por um viés estritamente econômico quando se visa compreender a formação das economias nacionais. Cardoso e Faletto (1970a) colocam ainda que, para a compreensão da questão, é insuficiente estudar o comportamento das variáveis derivadas, que dependem dos fatores estruturais e do processo histórico de mudança, como é o caso da poupança e renda.

Para que os modelos econômicos construídos com variáveis dessa natureza possam ter significação na análise integrada do desenvolvimento devem estar referidos às situações globais – sociais e econômicas – que lhes servem de base e lhes dão sentido (CARDOSO e FALETTO, 1970, p.29).

A perspectiva exposta, ao considerar a “situação de dependência” no estudo do desenvolvimento latino-americano, ressalta que a maneira pela qual as economias nacionais se integram no mercado internacional supõe formas distintas de inter-relação das classes sociais dos países, entre si e com os grupos estrangeiros. Com efeito, quando aceita-se a concepção de que os fluxos de mercado não são suficientes para explicar o desenvolvimento ou garantir sua continuidade, a atuação das forças e instituições sociais se torna decisiva para a análise do processo de desenvolvimento.

Cardoso e Faletto (1970a) expõem que a evolução histórica promove alterações nos vínculos de dependência e desenvolvimento, o que confere à dependência um caráter diferente, que cria a possibilidade de um desenvolvimento mantido por esta situação, “uma vez que esta era uma das maneiras que o capitalismo encontrava para abrir e inserir economias que se encontram em lento

processo de desenvolvimento, num mercado mundial cada vez mais dinâmico” (SALDANHA, 2006, p.247).

Essa concepção revela que Cardoso e Faletto (1970) concluíram que a dependência não evita o desenvolvimento, apenas mantém os países em situação de desenvolvimento atrasado em relação às economias centrais, dado o desenvolvimento dependente e limitado, propiciado pelo conjunto composto pelos instrumentos externos e a dinâmica interna (SALDANHA, 2006).

Com a internacionalização dos mercados, segundo Cardoso e Faletto (1970a, p.125), ocorre uma nova fase na qual:

A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia, que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais (CARDOSO e FALETTO, 1970a, p.125).

As transformações provenientes desse novo modelo econômico adotado, como a existência de um mercado aberto e a incorporação contínua de capital externo sob a forma de tecnologia, fornecem o quadro conjuntural das condições econômicas mantenedoras da dependência (CARDOSO e FALETTO, 1970a).

No que concerne à possibilidade de superação da dependência, Cardoso e Faletto (1970a) sustentam que esta pode ocorrer por meio das articulações políticas. Ou seja, para os autores os limites econômicos da dependência, de ordem tecnológica e financeira, permanecem, pois embora não concebam a concretização da autonomia econômica, consideram possível que a autonomia política seja capaz de superar a própria dependência, dado o caráter internacionalizante das classes dominantes internas, seu associacionismo e os compromissos no campo econômico resultantes das manobras políticas. Os teóricos acreditam que essas “correlações de forças” são a condição para que o fenômeno da industrialização dos países latino-americanos penda para o caráter nacional ou dependente, e que a alternativa para propiciar esse processo de desenvolvimento nacional seria a formação gradual de um setor produtor de bens de capital.

Portanto, a superação ou a manutenção das “barreiras estruturais” ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a

utilização em sentido variável dessas “condições econômicas” (CARDOSO e FALETTO, 1970a, p.142).

Cardoso e Faletto (1970a) concluem seu livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, revelando sua posição a respeito das formas de governos a serem implantadas na América Latina:

Lutando contra o tempo, o novo sistema de poder tenta consolidar-se antes que as brechas favoráveis à oposição acentuem-se. Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes assente-se em regimes políticos autoritários (sejam militares ou civis), cujo ciclo de duração dependerá tanto dos êxitos econômicos e do avanço que possam lograr na reconstrução social quanto do caráter, do tipo de ação ou êxito dos movimentos de oposição baseados nos grupos e classes que assinalamos anteriormente (CARDOSO e FALETTO, 1970a, p.138).

Por fim, Cardoso e Faletto (1970a) defendem que a atuação das oposições, fruto da intensificação da exclusão social gerada pelo novo modelo econômico, poderia dinamizar as nações latino-americanas dependentes e industrializadas e provocar outro tipo de movimento político e social.

Em suma, para Cardoso e Faletto, os fatores externos fornecem o ambiente adequado para a utilização dos instrumentos de dominação de maneira eficiente, mantendo a relação dominantes e dominados, tendo em vista que os instrumentos sofrem alterações, mas os interesses das nações hegemônicas permanecem predominando.

Dessa maneira, conclui-se que a dependência não impede o desenvolvimento, mas atribuiu a este uma forma de desenvolvimento dependente tendo em vista, a incorporação contínua de elementos de perpetuação da relação de dependência, elementos estes que vão desde instrumentos econômicos até os parâmetros culturais e os mecanismos de tomada de decisão, engendrando um desenvolvimento dependente (SALDANHA, 2006, p. 249).

Para finalizar a análise do pensamento de Cardoso e Faletto, pode-se expor as alternativas apresentadas pelos estudiosos, que ao invés de proporem uma eliminação do sistema capitalista que criticam, sugerem uma reestruturação do mesmo. Essa reformulação deve ser realizada através de diversas transformações na ordem internacional, que vão desde a revisão de mecanismos de comércio internacional até a criação de uma identidade cultural autônoma, com vistas a

eliminar a dependência externa sofrida pelos países subdesenvolvidos (SALDANHA, 2006).

3. A HEGEMONIA ECONÔMICA E POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA, APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL

No imediato pós-guerra, cada uma das vinte repúblicas latino-americanas traçou sua própria história. Contudo, não foram poucas as semelhanças experimentadas por estas nações no tocante às suas relações econômicas e políticas com a grande potência econômica, tornada hegemônica após 1945, os EUA (BETHELL e ROXBORPUGH, 1996).

Bethell e Roxborpugh (1996) consideram que no período imediatamente após o término da 2ª. Guerra Mundial a experiência política da grande maioria dos países latino-americanos pode ser dividida em duas fases. A primeira, que teve seu início em 1944, 1945 ou 1946, dependendo do país em questão, caracterizou-se por três fenômenos distintos: a democratização, a militância trabalhista e uma certa 'esquerdização' ideológica. Já na segunda fase, que teria começado, de modo geral, em 1946 ou 1947, encerrando-se em 1948, a classe trabalhadora organizada foi submetida ao controle do Estado e praticamente excluída da política. Nesta fase, os partidos comunistas passaram a sofrer sistemática repressão em quase todos os países e os partidos reformistas assumiram uma postura ideológica conservadora. Aos poucos, ia se configurando a derrota das forças esquerdistas, e a própria democracia amargava um retrocesso em quase todos os países da América Latina.

Para compreender-se a situação da América Latina entre 1944 e 1948, é necessário examinar as condições instáveis das forças políticas domésticas de cada país. É fundamental analisar a interação entre política doméstica e internacional nesse panorama do pós-Segunda Guerra Mundial, quando uma nova ordem política e econômica se instaurou com base nos efeitos do conflito, e quando a Guerra Fria teve início. Nesse contexto, os EUA exerceram papel fundamental na construção de um novo cenário internacional, que afetou diretamente as repúblicas latino-americanas (BETHELL e ROXBORPUGH, 1996).

Na América Latina, os anos posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial foram marcados por uma limitada capacidade de barganhar e de adquirir benefícios em troca do apoio à política norte-americana. De acordo com Cervo (2000, p.115), este fato pode ser explicado pela "ausência de visão comum e de percepção de interesses coletivos" por parte dos países latino-americanos e seus governantes.

3.1. ASPECTOS RELEVANTES PARA A EXTENSÃO DA HEGEMONIA ECONÔMICA E POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE A AMÉRICA LATINA

O período histórico do desenvolvimento capitalista internacional inaugurado após o fim da 2ª Guerra Mundial teve como característica fundamental a emergência dos Estados Unidos da América (EUA) como potência hegemônica internacional. A América latina não ficou imune à influência norte-americana em seu desenvolvimento. Como mostraram Bethell e Roxborpugh (1996, p.19): “Aqui (no imediato pós-guerra), o papel desempenhado direta ou indiretamente nos negócios latino-americanos pelos Estados Unidos é de particular relevância”.

As relações econômicas EUA-América Latina possuíam algumas características peculiares, a partir de 1945. A primeira delas foi a tentativa norte-americana de preservar as relações tradicionais consolidadas durante a Segunda Guerra Mundial. A segunda foi baseada no objetivo das nações latino-americanas de criar novas condições na relação com os EUA, com vistas a atender aos seus projetos de desenvolvimento econômico e industrialização (MOURA,1991).

Ayerbe (2002) expõe que a Segunda Guerra Mundial impulsionou de maneira considerável o desenvolvimento econômico da América Latina, sobretudo, em razão do aumento das exportações, provocado pela grande demanda de matérias-primas e produtos agrícolas por parte dos países envolvidos no conflito. Esse desenvolvimento teria possibilitado um salto do processo de industrialização de alguns países da região, mediante as iniciativas de fomento à produção para substituição de importações que, por sua vez, teria impulsionado a urbanização crescente daquelas sociedades. Além disso, o surto exportador benigno teria também aumentado a capacidade dos países latino-americanos para a geração de reservas em ouro e divisas (sobretudo, dólar).

O momento especialmente próspero vivido pelos países latino-americanos não passou despercebido pelos Estados Unidos. Acompanhando o fortalecimento econômico de seus vizinhos do sul, a potência norte-americana logo tratou de participar da prosperidade latino-americana oferecendo-se como parceiro para investimentos em projetos que careciam de um volume importante de recursos e

tecnologia. Assim, os norte-americanos aumentavam sua presença na região mediante o fenômeno da exportação de capital.

É importante frisar que a exportação de capital constitui um dos fundamentos econômicos do capitalismo. Com o intuito de frear o avanço das ideologias de esquerda, e controlar o crescimento das forças internas de libertação nacional, o Estado hegemônico assume a função de exportador de capital. Dessa maneira, a exportação de capital estatal caracteriza-se como uma das principais formas de sustentação da hegemonia econômica norte-americana na América Latina (ROMANOVA, 1968).

A exportação de capital estatal persegue o objetivo principal de cimentar o cambaleante sistema de exploração internacional, fortalecer nos países subdesenvolvidos as relações sociais e produtivas existentes, e manter uma base para a exportação de capital privado estrangeiro (ROMANOVA, 1968, p. 93 e 94).

Segundo Romanova (1968, p.94), este apoio estatal tão poderoso à expansão econômica externa reflete a crise geral do capitalismo, por revelar a incapacidade dos monopólios de lutar pelos mercados utilizando os métodos antigos. A partir da expansão dos movimentos nacional-libertadores nos países subdesenvolvidos, particularmente na América Latina, os monopólios transferem para o Estado o risco fundamental na exportação de capital.

Houve ao término da Segunda guerra, na América Latina, considerável pressão por sistemas políticos mais democráticos e abertos por parte dos intelectuais, da classe média e dos estudantes. Para Bethell e Roxborpugh (1996, p.24), as reivindicações populares:

enraizaram-se numa forte tradição liberal da política e da cultura latino-americanas, mas foram também produto da extraordinária propaganda de guerra, dirigida a América Latina, em favor das instituições políticas dos Estados Unidos, do modelo econômico norte-americano, do modo e do padrão de vida norte-americanos (BETHELL e ROXBORPUGH, 1996, p.24).

Dessa forma, a democracia emergiu como símbolo máximo, de repercussão quase universal. Assim, indiretamente, e em alguns casos de forma direta, os Estados Unidos desempenharam uma função importante na democratização da

América Latina ao fim da Segunda Guerra Mundial (BETHELL e ROXBORPUGH, 1996).

Bethell e Roxborpugh (1996) explicam que os líderes das nações latino-americanas mais adiantadas em termos econômicos e em vias de industrialização, em especial, México, Brasil, Argentina e Chile pretendiam promover o desenvolvimento econômico mediante a aceleração e o aprofundamento do processo de substituição de importações e a incorporação de tecnologia e capital, em particular dos EUA, através da atração de empresas daquele país. No entanto, não estava claro se o capital norte-americano de fato iria financiar a industrialização da América Latina e se deveria ser atraído sem restrições de entrada.

3. 2. FATORES DETERMINANTES DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA: AS DOCTRINAS

No contexto desse trabalho, as doutrinas são entendidas como um conjunto de práticas executadas por um país para impor suas bases culturais a um outro Estado, com vistas a manter sua influência sobre as ações desse último, que se torna dependente. As doutrinas possuem elementos ideológicos, políticos, econômicos e militares, que se inter-relacionam para fortalecer o objetivo da doutrina e embasar os princípios do sistema que defendem, no caso o capitalista.

As doutrinas adotadas pelos EUA para exercer influência sobre a América Latina são definidas a partir do momento histórico e dos interesses dos governos. Por não serem promulgadas como leis, podem ser resgatadas de acordo com o contexto econômico, político, social. Contudo, surgem umas a partir das outras, pois inspiram-se em experiências anteriores, a exemplo de diversas doutrinas empregadas pelos governantes norte-americanos, baseadas na Doutrina Monroe ².

² A Doutrina Monroe foi anunciada em 1823 pelo presidente norte-americano James Monroe. Essa doutrina foi apresentada em função dos três pontos que visava atingir: a não criação de novas colônias nas Américas, a não ingerência nos assuntos internos dos países americanos e a não intervenção em conflitos relacionados aos países europeus como guerras e conflitos destes com as colônias.

Na América Latina, a partir da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se o recuo dos interesses europeus em benefício do avanço maciço dos investimentos norte-americanos. Desde esse período, se assiste a uma mudança fundamental no destino das inversões. Segundo Galeano (2005, p. 267 e 268):

Passo a passo, ano após ano, vão perdendo importância relativa os capitais aplicados nos serviços públicos e na mineração, enquanto aumenta a proporção das inversões em petróleo e, sobretudo, na indústria manufatureira. Atualmente, de cada três dólares investidos na América Latina, um corresponde à indústria (GALEANO, 2005, p.267 e 268).

Os países da América Latina e do Caribe, que passaram a ser denominados países latino-americanos, foram historicamente o primeiro alvo da expansão da política externa hegemônica dos EUA. Houve ao término da guerra, na América Latina, considerável pressão por sistemas políticos mais democráticos Segundo Katchaturov (1984, p. 7):

O opressor e explorador comum dos povos dos países da América Latina continua a ser o imperialismo dos EUA, que colocou o continente numa situação de dependência, passando a considerá-lo sua retaguarda estratégica (KATCHATUROV, 1984, p.7).

Segundo Guimarães (2001, p.99), inúmeros acontecimentos comprovam que a América Latina é de fato ao longo da história a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos e revelam o cuidado da nação em garantir sua influência hegemônica na área geográfica mais próxima a sua. Podem ser citados alguns, como o fato de os Estados Unidos terem incluído o México no NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)³, de terem desenvolvido a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), de darem atenção intensa a Cuba, cuja importância econômica, política e estratégia é inferior a que detinha no passado.

Os principais instrumentos utilizados pelos EUA em sua expansão imperialista ao sul de suas fronteiras estão na esfera ideológica. De acordo com Katchaturov (1980, p.8): “A América Latina é a região do mundo onde a expansão ideológica, tanto no passado como na etapa atual, obteve uma expressão de grande escala”.

³ O NAFTA (North American Free Trade Agreement) ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994 e é um tratado envolvendo Canadá, México e Estados Unidos. Foi firmado com o objetivo de favorecer o livre comércio, através da redução dos custos nas trocas de mercadorias entre os três países.

Embora o relevante para o nosso estudo seja o período do pós-Segunda Guerra Mundial, é fundamental investigar as políticas mais expressivas empregadas pelos EUA antes do período da Guerra Fria, em sua luta pela construção e sustentação da hegemonia econômica e política no continente americano, para identificar as principais tendências e finalidades dessas doutrinas.

A propaganda norte-americana na América Latina sempre se baseou em doutrinas que definiam as tarefas principais e os objetivos da política dos grupos dominantes do país em relação à região e ao mundo. A América Latina foi a primeira região do mundo a experimentar a ação das doutrinas políticas dos EUA voltadas para fora do país, tendo em conta que cada doutrina não está limitada por marcos temporais, pois quando é substituída por uma nova, pode ser empregada em outro momento dependendo das táticas dos círculos governamentais dos EUA (KATCHATUROV, 1984).

A “Doutrina Monroe” foi a primeira pretensão colonialista de hegemonia na América Latina, e a que possuiu o tempo de ação mais prolongado. A doutrina foi utilizada pelos governantes para exercer domínio sobre a região, sob o pretexto de eliminação do colonialismo europeu.

Conforme Katchaturov:

Na mensagem do presidente dos EUA, J. Monroe, ao Congresso de 2 de dezembro de 1823, assinalava-se que qualquer tentativa das potências européias em relação ao Hemisfério Ocidental será apreciada como uma ameaça à “tranquilidade e segurança” dos EUA e como uma “ação inimiga em relação aos EUA”. Se bem que a “doutrina Monroe” formalmente estivesse dirigida contra as investidas agressoras das potências européias em relação ao Hemisfério Ocidental, ela se voltou contra a soberania das repúblicas latino-americanas. Os dirigentes dos EUA declararam de forma unilateral o seu direito exclusivo a utilizar a “doutrina Monroe” e a determinar quando e como ela pode entrar em ação (KATCHATUROV, 1984, p.18).

De acordo com Katchaturov (1984, p.19), a continuidade da “Doutrina Monroe” materializou-se na “política preventiva”, proclamada pelos EUA no início do século XX, com o objetivo de legitimar o direito de intromissão nos assuntos internos dos países da América Latina, primeiramente contra a “anarquia” predominante e em um segundo momento contra a “ameaça do comunismo”. Dessa forma, a opinião pública norte-americana sempre considerou a “doutrina Monroe” como a pedra de toque da estratégia continental do imperialismo norte-americano.

Theodore Roosevelt adotou a política de sua autoria, denominada “big stick”, cujo objetivo era o de orientar as ações dos representantes mais agressivos do imperialismo. Tendo em vista que a principal esfera de ação eram as regiões da América Central e do Caribe, essa política estimulava o desenvolvimento das concepções militar-estratégicas e geopolíticas que proclamavam o direito dos EUA à dominação dessa região na qualidade de premissa para o estabelecimento do domínio sobre toda a América Latina. Segundo Julien (1997), à política do “big stick ou “corolário Roosevelt” atribui-se o grande inconveniente de provocar em toda a América Latina profunda hostilidade contra o “imperialismo yankee”.

Ainda na abordagem das políticas de dominação utilizadas pelos EUA na América Latina antes da Segunda Guerra Mundial, pode-se mencionar a “diplomacia do dólar”, proclamada em 1912 pelo presidente dos EUA W. Taft, que determinou o seu objetivo como “a substituição dos projéteis por dólares”. Contrariando essa proposição, as intervenções dos EUA na América Latina continuaram, sendo a mais notória e ilustrativa a realizada na Nicarágua, em 1909⁴ (JULIEN, 1997).

Para Katchaturov:

Uma ação prolongada possui também a “diplomacia do dólar”, que representa o lado oposto da política do big stick. (...) A diplomacia do dólar nasceu dos interesses da burguesia monopolista dos EUA e de suas aspirações à conquista dos mercados da América Latina em detrimento dos interesses dos outros países imperialistas (KATCHATUROV, 1984, p.20).

O presidente Woodrow Wilson, sucessor de Taft, adepto do idealismo, acreditava nas virtudes da democracia e mostrou repúdio à “diplomacia do dólar”. Assim, objetivava eliminar as desconfianças que os governos anteriores de Roosevelt e Taft haviam suscitado em toda a América Latina.

De acordo com Julien (1997, p.137): “Aparentando uma preocupação que também viria a ser, sem o menor efeito, a mesma dos seus sucessores, procurou

⁴ O presidente da Nicarágua, José Santos Zelaya, desejava criar uma União da América Central, contudo os Estados Unidos conseguiram levar esse projeto ao fracasso, porém, ao longo do mandato de Zelaya, os EUA encontraram outros motivos de descontentamento. Para manter a dominação nessa região tão importante, os EUA ofereceram um empréstimo ao governo, que foi negado por Zelaya, para preservar a independência do país. Contudo, houve uma insurreição contra o governo de Zelaya, e os EUA intervieram em favor dos rebeldes, depondo Zelaya, sob o pretexto de estabelecer a ordem. As tropas norte-americanas se mantiveram até 1925 no país e o novo presidente, Adolfo Diaz, só obteve o reconhecimento diplomático dos EUA depois de aceitar um empréstimo de banqueiros americanos e o controle das alfândegas por parte dos EUA. Assim, os EUA preservaram a hegemonia sobre a região (JULIEN, 1997).

evitar que se ligasse a democracia norte-americana às ditaduras que floresciam no continente”.

A política que se seguiu ao governo de Wilson, foi a política de “boa vizinhança”, a primeira doutrina reformista dos EUA na América Latina, proclamada por Roosevelt no início dos anos 30. Segundo Katchaturov (1984, p. 20):

A política de boa vizinhança visava, através de pequenas concessões aos países latino-americanos, principalmente do compromisso formal de respeitar sua soberania nacional, paralisar os processos negativos para o imperialismo no continente – o desenvolvimento da luta revolucionária e de libertação nacional e a atividade dos partidos comunistas na maioria desses países (KATCHATUROV, 1984, p.20).

Entretanto, foi exatamente após a proclamação da “política da boa vizinhança” que os Estados Unidos intensificaram a sua expansão na América Latina, incluindo a expansão militar, fundamentando-a na ameaça de uma invasão nazista.

De acordo com Krause (1968, p.20): “A política da Boa Vizinhança, embora baseada na necessidade de “boas relações”, não continha nenhum ingrediente de fluxo de capital”. Portanto, as esperanças de desenvolvimento econômico financiado pelo acesso ao capital do exterior pareciam distantes de se concretizar.

Roosevelt foi eleito em meio a uma turbulência econômica, causada pela Grande Depressão, conseqüente da quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929. Para voltar a pôr em marcha um sistema cujos excessos e desordens tinham levado à falência, Roosevelt propôs o *New Deal*⁵.

Foi a Roosevelt que o povo norte-americano incumbiu a tarefa de realizar esse milagre. O novo presidente não tinha, para essa tarefa, um plano bem definido. Ignorava mesmo o que seria o conteúdo do seu *New Deal*. Sendo pragmático, Roosevelt iria esforçar-se para corrigir os erros. E, na verdade, conseguiu salvar o império do abismo em que caíra (JULIEN, 1997, p.211).

⁵ O *New Deal* foi o nome dado a um conjunto de programas implementados pelos EUA, no governo do Presidente Franklin Roosevelt, com o intuito de reformar a economia norte-americana e auxiliar na recuperação dos prejudicados pela Grande Depressão. Os principais elementos do projeto foram: i) o investimento maciço em obras públicas; ii) a destruição dos estoques de gêneros agrícolas; iii) o controle sobre os preços e a produção; iv) a diminuição da jornada de trabalho. O *New Deal* implementou reformas setoriais na economia americana para gerar as condições para a formação de poupança interna e recuperar a rentabilidade dos investimentos. Foram implementadas medidas para sanear o sistema financeiro, para regular a produção agrícola e para evitar a perda da hipoteca das casas próprias. Como resultado do programa foram criadas diversas agências federais, além de fortalecido o poder sindical e lançadas as bases para o estado keynesiano (MOURA 1990).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o foco de estudo deste trabalho, configura-se um sistema internacional marcado pela debilidade europeia e fortalecimento dos EUA, beneficiado pelo papel de financiador do processo de reconstrução econômica dos países europeus devastados, e de promotor de investimentos. Nesse cenário, inicia-se uma confrontação ideológica, marcada pela proclamação da “Doutrina Truman”⁶. A “Doutrina Truman” é a base da busca da hegemonia política por parte dos EUA. A doutrina inaugura a era de supremacia do país e é o marco do início da Guerra Fria.

O presidente, a 12 de março de 1947, descreveu em linhas gerais, perante o Congresso, uma proposta que passou a ser conhecida como a Doutrina Truman. Depois de traçar uma distinção entre democracia e totalitarismo, enunciou o princípio: “Deve ser política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estão resistindo à subjugação armada por minorias armadas ou pressões externas” (LEUCHTENBURG, 1976, p. 609).

Em junho de 1947, a “Doutrina Truman” foi posta em ação, através do chamado Plano Marshall. Apoiado na Doutrina Truman, o governo norte-americano prestou ajuda militar e econômica aos países que eram contrários ao avanço comunista e auxiliou a instalação de ditaduras militares na América Latina (LEUCHTENBURG, 1976).

Moura (1990) sustenta que nos quinze anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, no início da Guerra Fria (1945-1960), pode-se caracterizar as relações entre EUA e América Latina como de um exercício ameno de poder regional.

É bem verdade que nesse período a América Latina era importante em termos econômicos para os EUA, mas, de um modo geral, tornava-se por concedido que o continente seguiria a liderança americana nos foros internacionais como a ONU, o que de fato aconteceu, apesar de uma ou outra manifestação de desagrado. Pode-se acompanhar a consolidação (e, ao final do período, um primeiro sintoma de crise) nessa hegemonia norte-americana tranqüila, nas dimensões econômicas, políticas e militares do período (MOURA, 1991, p.40).

⁶ A expressão Doutrina Truman descreve um conjunto de práticas do governo dos EUA em escala mundial, no período da Guerra Fria, que tinha como objetivo a expansão do socialismo nas zonas do sistema capitalista consideradas vulneráveis, a exemplo da América Latina (LEUCHTENBURG, 1976).

A política de “novas fronteiras”, lançada por Kennedy, em janeiro de 1961, como a “política de boa vizinhança” foi definida pelos objetivos da luta contra o desenvolvimento do processo revolucionário, assim como os fundamentos dessa política para a América Latina, o programa reformista denominado “Aliança para o Progresso”⁷, formulado em março de 1961. Nesse período, políticos, historiadores e toda a opinião pública norte-americana admitem que os EUA estavam colhendo os frutos de sua miopia política em relação à América Latina e que se encontram diante da perspectiva de perder o domínio dessa região do mundo, considerava vitalmente importante para seus interesses. Katchaturov destaca que:

Os criadores do programa da “Aliança para o Progresso”, à custa de pequenas concessões e de reformas de topo (promessas de não ameaçar a soberania nacional dos países latino-americanos, de não reconhecer regimes militares que ameaçam governos de “democracia representativa”, de colaborar para a modernização social e econômica da sociedade no caminho do desenvolvimento capitalista “indolor”, incluindo o fornecimento de 20 bilhões de dólares durante dez anos), colocaram a manutenção da América Latina dentro da esfera de influência dos EUA e a “rejeição do comunismo” como objetivos estratégicos (KATCHATUROV, 1984, p. 23).

Katchaturov (1984) afirma que nenhuma doutrina foi tão divulgada como a “Aliança para o Progresso”. Para desempenhar tal função foram criadas organizações especializadas em propaganda, como a “United States Information Agency” (Agência Estadunidense de Informação) e a “Task Force on Immediate Latin American Problems (Força Tarefa sobre Problemas Latino-Americanos Imediatos). Os defensores da “Aliança para o Progresso” alegavam que estava sendo instituída uma nova fase nas relações entre EUA e América Latina, encerrando a política de imposições e determinando uma ação conjunta entre eles, para promoção de uma “revolução pacificamente regulada”.

Vale frisar que um dos fatores imprescindíveis para que a América Latina tivesse preferência na ordem das preocupações políticas e estratégicas dos Estados Unidos nos marcos da Guerra Fria, foi a Revolução Cubana, isto é, a vitória de uma revolução emancipacionista na região.

⁷ A “Aliança para o Progresso” foi desenvolvida como parte dos esforços estadunidenses de contenção às forças sociais contrárias aos interesses dos governos dos EUA, podendo ser movimentos comunistas, de esquerda ou nacionalistas na América Latina. Essa doutrina surgiu para defender a superioridade da democracia liberal e da livre iniciativa e foi aplicada entre 1961 e 1970. Os norte-americanos levaram a cabo uma série de esforços para que os países latino-americanos encarassem a “Aliança para o Progresso” como um projeto para a superação do subdesenvolvimento na região (SILVA, 2008).

Essa súbita valorização deu-se no clima geral de ativismo que tomou conta da Casa Branca, com a ascensão de uma nova geração de militantes da Guerra Fria, prontos a provar que podiam recuperar o terreno perdido para a União Soviética no conflito global do final dos anos cinqüenta (MARTINS FILHO, 1999, p. 67).

A nova doutrina baseada na “Aliança para o Progresso” embora propusesse uma revolução e um estreitamento na relação entre EUA e América Latina, não tocou nas bases da política imperialista norte-americana, sobretudo no poder dos monopólios e também não modificou as estruturas sociais arcaicas, nem constituiu uma contribuição para o progresso econômico e cultural dos países latino-americanos. Como sustenta Katchaturov (1984, p.24): “A essência neocolonialista do programa da “Aliança para o Progresso” é confirmada pela sua utilização ativa nos interesses dos monopólios dos EUA na América Latina”. Além disso, passou a ser não apenas um elemento de propaganda anticomunista, mas um instrumento de intervenção direta norte-americana nos assuntos internos latino-americanos. Chomsky (2002) apresenta uma visão crítica sobre o assunto:

E a elevação do padrão de vida? Isso foi supostamente tratado na Aliança para o Progresso pelo presidente Kennedy, mas o tipo de desenvolvimento imposto foi direcionado, em sua maior parte, para as necessidades dos investidores norte-americanos. [...]. Esse modelo agroexportativo de desenvolvimento econômico, em geral, produz um “milagre econômico”, onde o PNB sobe, enquanto a maioria da população morre de fome. Quando se segue tal orientação política, a oposição popular inevitavelmente aumenta, o que, então, se reprime com terror e tortura (CHOMSKY, 2002, p. 38).

Portanto, os esforços dos criadores da idéia de “revolução controlada, nas condições de liberdade” não surtiram efeito, e continuaram a ocorrer golpes militares de direita na América Latina, o que confirmou a ineficácia propagandística da “Aliança para o Progresso”.

Com o insucesso do programa reformista da “Aliança para o Progresso”, o Presidente Johnson deu uma nova orientação para a política exterior norte-americana, com sua doutrina. A “Doutrina Johnson” determinava o direito dos EUA à intervenção nos assuntos internos dos países da América Latina. Além disso, anunciava que os EUA não permitiriam o surgimento de outra nação socialista, como Cuba, no continente. Katchaturov (1984, p. 25), expõe as diretrizes da doutrina

Johnson: “Os métodos principais da “doutrina Johnson” foram a intromissão aberta nos assuntos dos países latino-americanos, incluindo as agressões armadas, e o apoio às ditaduras militar-policiais”.

Uma série de fatos isolados em diferentes países indica essa nova orientação. Em janeiro de 1964, as tropas norte-americanas metralharam uma manifestação de patriotas no Panamá; em abril de 1964, apoiaram politicamente o golpe militar que destituiu o governo civil e constitucional brasileiro; e em abril de 1965, se envolveram diretamente na intervenção armada na República Dominicana (KATCHATUROV, 1984).

3.3. MÉTODOS DE AÇÃO EMPREGADOS PELOS ESTADOS UNIDOS PARA CONSOLIDAR SUA HEGEMONIA NA AMÉRICA LATINA, APÓS A 2ª GUERRA MUNDIAL

Guimarães (2001), em sua obra *Quinhentos anos de Periferia*, formulou uma análise geral referente à expansão norte-americana, na qual procurou elucidar as diferentes estratégias usadas pelo vizinho do norte em relação à América Latina, em seus quatro aspectos principais: político, econômico, militar e ideológico.

De maneira geral, a estratégia política dos EUA pode ser resumida em manter a hegemonia norte-americana conquistada na Segunda Guerra Mundial, através da preservação de uma organização política internacional.

Segundo Guimarães (2001, p. 100):

a estratégia política americana na América Latina tem como principal objetivo preservar a doutrina Monroe e estruturar um organismo periférico que legitime as intervenções militares norte-americanas, quando se fizerem necessárias. Em segundo lugar, os Estados Unidos procuram com persistência alinhar a política externa dos países latino-americanos com a dos Estados Unidos e contar com o seu apoio para suas iniciativas nos organismos internacionais ou fora deles. Em terceiro lugar, sua estratégia procura manter regimes, democráticos ou não, que garantam a liberdade de ação dos interesses americanos e promover a adoção das normas chamadas de *good governance* (GUIMARÃES, 2001, p.100).

O principal método utilizado pela estratégia política é a intervenção direta nos assuntos internos dos Estados latino-americanos, calcada em discursos de sustentação de regimes políticos democráticos, cujo verdadeiro intuito é a defesa dos interesses políticos e econômicos americanos. No Brasil, o que se observa é o apoio dos EUA a governos que sejam receptivos às ações políticas norte-americanas, bem como manter um diálogo com a oposição. A estratégia norte-americana é concentrada em evitar a articulação brasileira com outros Estados que arrisque a hegemonia americana no país.

O segundo aspecto seria a estratégia econômica americana para a América Latina, cujo objetivo fundamental era garantir a abertura dos mercados latino-americanos para as exportações dos EUA, sobretudo de bens industriais e investimentos. Essa atuação sustenta-se nas teorias econômicas liberais, que têm como pressupostos as vantagens comparativas, a especialização agrícola e o livre comércio. O combate ao Estado latino-americano como promotor do desenvolvimento faz parte central dessa estratégia norte-americana, bem como a abertura do mercado americano, visando, futuramente, uma integração hemisférica.

No caso do Brasil, visa-se assegurar liberdade de ação às grandes empresas americanas, impedir o surgimento de empresas brasileiras competitivas nos setores intensivos em tecnologia e reduzir o papel do Estado nos âmbitos da fiscalização, regulamentação e investimento na atividade econômica (GUIMARÃES, 2001).

O terceiro aspecto refere-se à estratégia militar para a América Latina, a qual tinha como fim principal a manutenção das Américas como zona de influência de exclusividade norte-americana. Para atingir esse objetivo, estabeleceu-se a necessidade de exercer influência sobre o pensamento militar das nações latino-americanas, através de mecanismos, como o desenvolvimento de programas de formação de oficiais e a assinatura de acordos de venda de material bélico de segunda geração para as Forças Armadas dos países da América Latina. Além disso, os Estados Unidos garantiram seu acesso preferencial às matérias-primas da região e evitaram conflitos entre Estados latino-americanos que viessem a exigir intervenção militar direta dos EUA e de países terceiros ou prejudicassem os interesses das empresas norte-americanas.

No Brasil, os EUA procuraram manter sua influência sobre o equipamento militar, bem como propagar a idéia de que era necessário concentrar os esforços do exército sobre as “verdadeiras” ameaças, o narcotráfico e o terrorismo. A estratégia

militar tem como objetivo evitar o florescimento de uma indústria bélica brasileira competitiva e impedir que o Brasil adquira tecnologia moderna e de destruição em massa (GUIMARÃES, 2001, p.118).

Uma segunda face da estratégia militar norte-americana é conter o expansionismo soviético, por meio de intervenções militares diretas e pelo financiamento de movimentos insurrecionais, como os “contras” da Nicarágua.

A quarta forma da estratégia, no campo ideológico, revela-se como perseguidora do objetivo de tornar os Estados Unidos a nação líder e modelo para os demais Estados do hemisfério. Essa estratégia é central para as anteriores, pois permite a manutenção do poder econômico, político e militar. Para tanto, promove-se o surgimento de grupos nacionais simpatizantes dos ideais e das políticas dos Estados Unidos e torna-se indispensável a garantia do acesso, às sociedades latino-americanas, dos meios de propagação do *american way of life*, tendo como principais ferramentas de divulgação: a televisão, o cinema e a expansão do uso da língua inglesa e da influência cultural norte-americana, por meios dos institutos de idiomas e outras entidades.

A manifestação disso no Brasil se deu pelo convencimento da elite e da população brasileira em relação ao altruísmo dos EUA em suas relações com o país. Essa estratégia garante o apoio da elite política à hegemonia norte-americana, pela garantia do livre acesso dos instrumentos de difusão do *american way of life* à sociedade brasileira, criação de grupos de influência americana no país, bem como pela formação dos brasileiros em instituições americanas ou com padrão de ensino norte-americano (GUIMARÃES, 2001).

A administração Truman, em sua política de “portas abertas”, atribuía ao nacionalismo a principal responsabilidade pelos atrasos e crises econômicas, conflitos e revoluções ocorridos na primeira metade do século XX. Segundo seu pensamento, uma nova era de prosperidade e democracia devia ter como base de apoio uma economia mundial aberta. Os acordos de Bretton Woods definiram as regras para uma gestão multilateral do capitalismo, tornando os investimentos condicionados à política de abertura ao exterior (AYERBE, 2002).

De acordo com os pressupostos econômicos, a industrialização gera um aumento da demanda por bens de capital (tecnologia), os quais apresentam preços elevados para a aquisição por parte dos latino-americanos, que obtém sua renda da exportação de matéria-prima, tornando-os incapaz de arcar com os custos com

insumos importados. Deste modo, a alternativa ao crédito internacional se tornou fundamental para os países em vias de industrialização. Contudo, no panorama do pós-guerra, com a Europa em crise, o único país que apresentava condições de financiar essas industrializações eram os Estados Unidos, que no momento priorizavam a reconstrução europeia por meio de investimentos.⁸

Ao final da 2ª Guerra Mundial, os países latino-americanos se depararam com um dilema: como promover seu desenvolvimento econômico, preservando a autonomia nacional num contexto de vulnerabilidade externa, e ao mesmo, contrariando os interesses do país que comanda a política e a economia internacional? Para encontrar soluções, os países da América Latina responderam a essa situação de formas variadas, em um quadro de ação limitado pela pressão por parte dos EUA ao respeito aos ditames da Guerra Fria (AYERBE, 2002). Ayerbe destaca:

No que diz respeito às saídas para a crise a exemplo do que acontece na Europa com a injeção maciça de capitais norte-americanos que favorecem uma reconstrução acelerada, os países latino-americanos acreditam que também podem beneficiar-se desse tipo de ajuda. [...] A idéia de que o combate à influência soviética passa principalmente pelo fortalecimento econômico dos países com dificuldades financeiras se aplica também ao mundo “em desenvolvimento” (AYERBE, 2002.p. 77).

Contudo, as fontes dessa ajuda financeira não seriam estatais, mas privadas, tanto externas como internas. A experiência dos Estados Unidos sustentou a iniciativa privada, pois demonstrou que o progresso pode lograr-se pelo esforço individual e uso de recursos privados. Conforme Moura:

A insistência norte-americana nos ataques ao nacionalismo econômico e à intervenção estatal na América Latina tinha mais do que uma motivação ideológica, tinha o propósito claro de proteger e assegurar os interesses privados norte-americanos – um modelo de livre competição no qual a força do capital americano prevaleceria em toda linha no continente (MOURA, 1991, p. 41).

A política de assistência econômica por parte dos Estados Unidos foi formalizada em janeiro de 1949, no discurso de inauguração das Sessões do Congresso, no qual o Presidente Truman expõe os quatro aspectos prioritários de

⁸ Ver ANEXO A.

sua política exterior. Esses quatro aspectos seriam: o apoio às Nações Unidas, a reconstrução da economia mundial, a luta contra o comunismo e a ajuda aos países em desenvolvimento (AYERBE, 2002).

Em contraposição às estratégias norte-americanas em relação à América Latina, o modelo defendido por vários países latino-americanos objetivava romper a situação de dependência na qual o modelo primário-exportador mantinha suas economias. Esse modelo sustentava que os empréstimos governo-a-governo podiam desempenhar um papel fundamental no estímulo ao processo industrializador na região. Todavia, os EUA não colaboraram da forma esperada. Moura destaca:

O máximo que se permitiu foi a montagem de programas de assistência técnica, frequentemente ligados ao fornecimento de produtos acabados de indústrias norte-americanas aos vizinhos do sul. Um exemplo vistoso desse esforço foi o programa conhecido como Ponto Quatro, lançado em 1945 (MOURA, 1991, p. 41).⁹

Ayerbe (2002, p. 78) externa a pouca atuação dos EUA para cumprir suas metas, comprovada pelo montante reduzido de empréstimos destinados a América Latina em face dos direcionados a reconstrução européia. Conforme Ayerbe:

A prova mais clara do desencontro entre as metas anunciadas e a vontade política de implementá-las está nos recursos de ajuda à América Latina solicitados ao Congresso: 45 milhões de dólares, dos quais apenas foram autorizados 34,5 milhões de dólares. Para os primeiros quinze meses de aplicação do Plano Marshall, o presidente Truman solicitou ao Congresso 6,8 bilhões de dólares, que foram autorizado (AYERBE, 2002, p. 78).

Assim, revela-se que embora a retórica tenha sido de priorização da América Latina no âmbito econômico, a prática foi outra, pois os investimentos foram muito reduzidos. De fato, os EUA mantiveram sua influência, sobretudo, por meio de atuações políticas, apoiando governos militares e ações ideológicas, como a utilização de propaganda que difundia os produtos e o estilo de vida norte-americano e pela participação das empresas norte-americanas na economia, que encontraram na América Latina um mercado consumidor promissor.

⁹ O Ponto Quatro era um desmembramento do Plano Marshall, contudo o contraste entre os dois era cruel. O Ponto Quatro representava uma mensagem aos países latino-americanos de que eles continuariam sendo uma área fornecedora de matérias-primas vitais e receptora de capitais americanos (MOURA, 1991).

No plano político, os Estados Unidos tiveram seu papel na política internacional redefinido após a Segunda Guerra, como principal responsável pela segurança do sistema capitalista. Isso levou o governo de Truman a reavaliar a estrutura do sistema decisório do Estado na formulação e execução da política externa, provocando mudanças institucionais nos órgãos especializados em segurança, como a CIA. Segundo Ayerbe:

A preocupação dos Estados Unidos em relação à América Latina no início da Guerra Fria se concentra especialmente nas posturas nacionalistas de alguns governos e movimentos que visualizam uma perspectiva equidistante da influência do país como base para qualquer política de afirmação nacional. A maior preocupação é com a disponibilidade dos recursos naturais da região em caso de uma guerra com a União Soviética e a eventualidade de um boicote dos governos, sindicatos e demais movimentos, em que a infiltração de idéias antiamericanas possa ser decisiva (AYERBE, 2002, p.81).

No plano político-militar, para garantir que a penetração comunista nos países da América Latina cessasse, diminuindo os temores da administração Truman pelo provável desenrolar de uma guerra contra a URSS, os Estados Unidos ratificaram uma série de acordos com os países latino-americanos. O principal deles, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, estabeleceu mecanismos de ação multilateral contra agressões externas ao território de qualquer país do hemisfério. A XIª Conferência Pan-Americana, realizada em 1948, na cidade de Bogotá, criou a Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁰, o principal fórum multilateral do hemisfério para “fortalecimento da democracia” (AYERBE, 2002). Moura explica:

O TIAR deveria, portanto, ajudar os objetivos estratégicos dos EUA na América Latina, a saber: manter um fluxo contínuo de matérias-primas essenciais, assegurar a estabilidade política para garantir aquele afluxo contínuo de matérias-primas, manter aberta a possibilidade de utilização de bases latino-americanas por forças americanas, proteger linhas de comunicação e finalmente assegurar o apoio latino-americano às posições internacionais dos EUA (MOURA, 1992, p.44).

¹⁰ A OEA representa um organismo permanente de articulação política dos países do continente. Alguns governos latino-americanos acreditaram que a OEA se tornaria um local importante de diálogo entre eles e os Estados Unidos. Na realidade o sistema interamericano instituído em Bogotá constituía apenas uma parte de um sistema de poder mais vasto: o grande sistema norte-americano (MOURA, 1991).

Portanto, percebe-se que o TIAR não era propriamente um tratado de defesa hemisférica, mas um canal de articulação da hegemonia político-militar dos EUA sobre o continente como um todo, revelando-se um importante elemento da estratégia militar norte-americana.

O Programa de Ajuda Militar (PAM), um desdobramento importante do TIAR, compreendia o desenvolvimento de um programa de cooperação militar interamericano, em que os EUA se comprometeram a dar assistência técnica, econômica e militar aos países signatários. No governo Eisenhower, a idéia de segurança continental passou a ser associada ao fortalecimento da segurança interna dos países latino-americanos e os esforços de ajuda militar passaram a ser direcionados a aperfeiçoar a capacidade repressiva dos Estados. A partir dessa perspectiva, as interferências diretas tornaram-se mais facilmente justificadas (AYERBE, 2002). Embora a estratégia militar na América Latina estivesse fortalecida no período, os Estados Unidos ficaram aquém de prestar um auxílio econômico similar ao Plano Marshall direcionado a Europa Ocidental.

Nos anos 50, com a ascensão de Eisenhower, houve uma mudança de postura dos EUA em relação a vizinha América Latina e os instrumentos de política externa criados com a Lei de Segurança Nacional de 1947 e os tratados assinados pelo presidente Truman ganharam destaque no encaminhamento de soluções para as crises latino-americanas (AYERBE, 2002).

Como assinalado anteriormente os EUA promoveram a mudança política e social na América Latina ao fim da Segunda Guerra Mundial, entretanto impuseram limites a essas democracias nos anos do pós-guerra. Conforme Bethell e Roxborpugh (1996).

Nas novas condições da Guerra Fria, a luta contra o comunismo no mundo inteiro, sem exceção na América Latina, e a ameaça que os comunistas supostamente representavam para os interesses estratégicos e econômicos dos Estados Unidos tinham inevitavelmente prioridade sobre os esforços em favor da democracia na América Latina (BETHELL e ROXBORPUGH, 1996, p. 53).

Contudo, não há provas de que os Estados Unidos tenham se envolvido de maneira direta, por exemplo, na transição para ditaduras no Peru, em 1948, em Cuba em 1952 ou na Colômbia em 1963. Não se questiona, porém, o envolvimento ativo dos EUA na queda da democracia na Guatemala, em 1954, fato este que se

encontra amplamente documentado (BETHELL e ROXBORPUGH, 1996).

Leuchtenburg afirma:

Só quando a Guerra Fria ameaçou estender-se à América Latina é que os Estados Unidos começaram a levar a sério as relações com seus bons e negligenciados vizinhos. Em 1954, o Secretario Dulles reagiu com veemência a um Governo esquerdista na Guatemala, chefiado por Jacobo Arbenz, por acreditar que isso poderia envolver o controle comunista nesse pequeno país centro-americano. A CIA apoiou um grupo de dissidentes guatemaltecos que conseguiu derrubar o regime de Arbenz. Os governantes estadunidenses anunciaram esse golpe como uma notável vitória da liberdade (LEUCHTENBURG, 1976, p. 653).

De acordo com Julien (1997), com relação às intervenções dos Estados Unidos na América Latina, essas foram extremamente freqüentes e não rodeadas por grande mistério, em função da antiga tradição. Segundo Julien:

As intervenções de Washington nos problemas internos dos países estrangeiros tomam formas diferentes segundo o regime interno desses países, segundo, também seu grau de dependência econômica. Só existe uma regra comum: nenhum país consegue escapar-lhe. Além do mais, quando as pressões ou ameaças não são suficientes, o império recorre às represálias econômicas (JULIEN, 1997, p.248).

Julien (1997) reforça o fato de os governos dos Estados Unidos interferirem nos demais países para defender não os interesses nacionais do Estado, mas os interesses privados de determinados grupos.

Tendo em vista a variedade dos meios de ação que dispunham os Estados Unidos, torna-se adequado restringir a abordagem a alguns casos mais expressivos, a título de ilustração. O caso mais chocante talvez tenha sido o envio, em 1965, de vinte mil fuzileiros navais para Santo Domingo, na República Dominicana, sob a alegação de salvaguardar a vida dos cidadãos americanos, para prestar apoio ao ditador Trujillo e ajudá-lo a tomar o poder (JULIEN, 1997).

Chomsky (2002) sustenta que uma série de governos parlamentaristas foram derrubados com o apoio norte-americano, e em alguns casos com intervenção direta dos EUA. Na Guatemala em 1954, na República Dominicana em 1963 e 1965, no Brasil em 1964, no Chile em 1973 e em diversos países.

Os métodos não são lá muito agradáveis. O que as forças contra-insurgentes americanas fizeram na Nicarágua [...], não é apenas matança comum, o principal componente é a tortura brutal e sádica. [...]. A questão é

esmagar o nacionalismo independente e as forças populares que possam construir uma democracia genuína (CHOMSKY, 2002, p. 27 e 28).

Segundo Julien (1997, p.260): “Os Estados Unidos, que raramente hesitam em intervir num país do continente, nada fizeram para abalar as ditaduras existentes, pois estas sabem sempre fazer respeitar os interesses privados americanos”.

Os Estados Unidos, além de seus interesses econômicos em apoiar às mudanças de regime, perceberam que as democracias não representavam a melhor alternativa para barrar o avanço comunista na região. Chomsky (2003, p. 70) observa essa questão da seguinte maneira: “De modo geral é melhor ter um regime forte no poder do que um governo liberal, se ele for indulgente e lasso, além de infiltrado por comunistas.”

Após o governo de Eisenhower, dois episódios abalaram as relações entre EUA e América Latina: a visita do vice-presidente Nixon, em 1958, a alguns países da América Latina, cujas populações recepcionaram-no com muita revolta e indignação como reação à política externa norte-americana; e a Revolução Cubana, em 1959, iniciada com a deposição do ditador pró-estadunidense Fulgêncio Batista (MOURA, 1991).

Nesse período foi elaborada uma carta de sugestões para os EUA a respeito de sua postura perante a América Latina. O presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek propôs uma série de medidas, de caráter econômico e social, que julgava serem benéficas tanto para a América Latina como para os Estados Unidos, com base no pensamento da CEPAL. Essas propostas lançaram o que se tornou conhecido como “Operação Pan- Americana”, cujos resultados se expressaram nas medidas executadas pelos Estados Unidos.

As principais ações tomadas pelos EUA, com base na “Operação Pan-Americana”, foram: a reavaliação do programa norte-americano de ajuda externa, com o objetivo de expandir os empréstimos aos países latino-americanos; a elaboração do Acordo Latino-Americano, o qual previa a cooperação entre EUA e América Latina nos interesses de estabilização de preços; em 1959, os EUA tomaram medidas para iniciar o projeto de mercado comum latino-americano, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio; a aprovação de uma instituição financeira regional especial para a América Latina, denominada BID (Banco

Interamericano de Desenvolvimento); e ratificação da Carta de Bogotá, em 1960, documento que reforçava o apoio dos EUA ao desenvolvimento e progresso da América Latina, por meio de ajuda econômica na ordem de 500 milhões de dólares (KRAUSE, 1968).

Segundo Moura (1997), Cuba era o país americano mais completamente integrado à economia norte-americana e no qual a “estabilidade política” era mais controlada pelos EUA. As dificuldades de entendimento entre os dois países não se iniciaram em função da mudança de regime para uma ditadura, mas no momento que o governo de Fidel Castro promoveu reformas sociais profundas, sobretudo a reforma agrária e a reforma urbana.

A Revolução Cubana marcou a primeira grande contrariedade americana no hemisfério. Os interesses das empresas americanas, com mais de um bilhão de dólares investidos em Cuba, e particularmente das empresas de David Rockefeller (um verdadeiro ícone do capitalismo norte-americano), cujos investimentos concentravam-se nas áreas das finanças e do açúcar, foram fortemente atingidos. Segundo Dreifuss (1986, p. 111): “Os esforços para exorcizar a “heresia” cubana foram intensificados, com medidas que incluíam a pressão política, o bloqueio econômico e as atividades militares.”

Eisenhower elaborou um plano que pretendia derrubar Fidel e instalar em Cuba um regime mais adequado aos interesses dos Estados Unidos. O plano se concretizou com a invasão da baía dos Porcos, em abril de 1961, após a posse de Kennedy, contudo, fracassou (CHOMSKY, 2004)

Visando impedir que as idéias revolucionárias cubanas se propagandassem pelo continente, a política norte-americana de Eisenhower voltou-se para o estreitamento das relações com as demais nações latino-americanas. Como enfatiza Moura:

A essa altura, porém, a força do exemplo cubano percorria o continente, não tanto pela definição do regime como “socialista”, mas muito mais pela possibilidade de uma política interna e externa independente face ao poder imperial (MOURA, 1997).

Mais tarde, sob a liderança de John Kennedy, o governo americano buscou combater o “perigo cubano” através de duas estratégias citadas por Moura (1997). A primeira delas seria a tentativa de sufocar o regime revolucionário e isolar sua

influência, impedindo a proliferação do seu modelo pelo continente; a segunda seria a busca de uma articulação política da América Latina em novas bases, ou seja, superando o imobilismo característico do governo Eisenhower. Chomsky ressalta:

Em julho de 1961, a CIA advertiu que “a grande influência do ‘castrismo’ não resulta do poder cubano. A sombra de Castro se estende majestosa porque as condições sociais e econômicas em toda a América Latina dão margem à oposição à autoridade governista e encorajam os movimentos que pregam mudanças radicais”, para as quais a Cuba de Fidel representava um modelo. [...]. Kennedy temia que a ajuda russa fizesse de Cuba um “modelo” de desenvolvimento, dando aos soviéticos poder de mando em toda a América Latina (CHOMSKY, 2004).

Chomsky (2002) exprime a mudança de perspectiva da política de Kennedy com os seguintes dizeres:

Fazendo a missão dos militares converter-se de “defesa hemisférica” em “segurança interna”, o governo Kennedy e seus sucessores conseguiram superar o problema do nacionalismo, criando e respaldando os Estados de Segurança Nacional segundo um modelo neonazista, com conseqüências bem conhecidas. [...]. O apoio norte-americano a esses regimes seguiu, essencialmente o modelo da década de 1920 e do fascismo europeu (CHOMSKY, 2002, p. 72).

A influência norte-americana na América Latina continuava enquanto não se alcança por completo a estabilidade conducente aos interesses da elite estadunidense, entretanto, a ameaça do desenvolvimento independente foi praticamente eliminada, principalmente na região da América Central, alvo de grande parte das ações diretas dos EUA e onde sua influência era esmagadora (CHOMSKY, 2002). Romanova afirma que:

Ao expor as causas da força da atração que possuem os países subdesenvolvidos como esfera de inversões lucrativas de capital, Lênin escrevia: “Nestes países atrasados, o lucro é normalmente elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra é relativamente pouco considerável, os salários baixos e as matérias-primas baratas” (ROMANOVA, 1968, p.10).

Na esfera econômica é fundamental analisar a importância das inversões e dos negócios norte-americanos nos países da América Latina. Os latino-americanos necessitavam de recursos para promover sua industrialização, enquanto o capital monopolista dos EUA aproveitava a vantagem para auferir lucros nessas regiões pobres e subdesenvolvidas. Os métodos mais utilizados para garantir o domínio

econômico eram os acordos econômicos inter-estatais, as políticas de ajuda econômica, os empréstimos concedidos pelas instituições e pelo governo e o investimento externo privado.

Uma das condições fundamentais para abrir caminho à exportação de capital dos Estados Unidos é garantir apoio dentro dos países latino-americanos, como sustenta Romanova (1968, p. 88):

O capital monopolista ianque encontra um apoio importante entre os líderes reformistas da AL. São particularmente valiosos para os monopólios, porque representam algo como uma corrente de transmissão entre o capital norte-americano e as massas populares da América Latina (ROMANOVA, 1968, p.88).

Uma característica peculiar da exportação de capital estatal no pós - Segunda Guerra foi que este capital atuou à sombra das organizações bancárias internacionais. Os empréstimos passaram a ser concedidos também pelo FMI, BIRD e outras organizações, em função da rejeição ao capital monopolista norte-americano, que se disfarçam no seio dessas instituições (ROMANOVA, 1968). Para Romanova:

Os monopólios ianques utilizam amplamente o FMI para aplicar na América Latina, a política de “possibilidades iguais” e de “liberdade de comércio”, o que, de fato, significa derrubar todas as barreiras comerciais, monetárias e financeiras, para a expansão do capital norte-americano (ROMANOVA, 1968, p. 134).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, aumentou o volume de “ajuda” dos EUA aos países da América Latina, bem como as formas pelos quais a realizavam. Nesse período, os tipos de assistência econômica podem ser classificados em quatro categorias principais: créditos do banco de exportação e importação, doações e subsídios não-reintegráveis, créditos baseados na “lei 480¹¹” sobre a venda de “excedentes” agrícolas e créditos e empréstimos dos bancos internacionais. Pode-se observar que três dessas quatro formas são exportação de capital do Estado,

¹¹A Lei 480 fazia parte das políticas de ajuda a recuperação européia e previa o pagamento dos produtos em longo prazo e a juros baixos. Seu objetivo político era a vinculação institucional com países europeus para evitar que se integrassem à organização político-econômica socialista. Esse auxílio internacional permitia importação de alimentos norte-americanos e a revenda em seus próprios países, procedimento que assegurou a absorção das mercadorias pelas classes mais abastadas.

incluindo as organizações creditícias que concedem créditos em moeda nacional latino-americana (ROMANOVA, 1968).

Segundo Julien (1997), as manifestações de potência norte-americana, de modo sucinto, tais como as intervenções nas campanhas eleitorais, o apoio que concedem às ditaduras, as pressões que exercem sobre os governos aliados, a atitude da sua delegação nas conferências internacionais do café ou do cacau, de não prejudicar os interesses privados de suas corporações, a influência que exercem por intermédio da OEA, eram orientadas para os objetivos de salvaguardar seu acesso às matérias-primas, manter os preços a um nível conveniente aos importadores americanos, proteger os investimentos privados norte-americanos, objetivos em sua maioria alcançados. Contudo, os objetivos anunciados nos discursos oficiais jamais foram atingidos: fortalecimento da democracia nos países latino-americanos e aceleração do desenvolvimento econômico nesses países.

Por fim, percebe-se ao longo da análise uma inter-relação permanente entre as estratégias econômicas, políticas, militares e ideológicas dos Estados Unidos para a América Latina, afetando-se mutuamente e dependendo umas das outras para garantir a hegemonia do Estado na região.

4. A TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O ESTUDO DE CASO DO DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Nesse capítulo será realizada uma síntese do pensamento dos teóricos da dependência, com vistas a contrastar suas visões, encontrando similaridades e diferenças. O objetivo maior dessa análise é verificar se a teoria da dependência e suas correntes marxista e weberiana contemplam a dependência da América Latina em relação aos Estados Unidos no período estudado.

Günder Frank defendeu que a inserção dos países latino-americanos na economia capitalista levou à consolidação da dependência nessa região. O próprio desenvolvimento do capitalismo, bem como a contribuição das elites locais na incorporação dos princípios liberais, foram os dois elementos centrais para gerar o enraizamento da dependência econômica e política da América Latina em relação ao centro.

O estudioso não se aprofundou no estudo dos elementos ideológicos e militares da dependência latino-americana. Para o teórico, esse status de dependência foi gerado pelo processo da acumulação do capital e pelo vínculo entre a burguesia nacional e a norte-americana.

Ruy Mauro Marini retomou o princípio de Günder Frank das relações de troca, a partir do qual concluiu que é necessária a ruptura com o sistema internacional e suas relações de dependência para que haja o desenvolvimento latino-americano.

Para Marini a dependência das economias periféricas é útil ao centro, pois as primeiras são exportadoras de bens primários e colaboram para a redução do valor da cesta de mercadorias dos trabalhadores, o que aumenta o lucro. Esse aspecto é de extrema relevância para esse estudo, pois verifica-se a manutenção dos salários e do nível de vida nos Estados Unidos, mesmo com aumento da produtividade, que deveria provocar a queda dos salários.

Marini defende de maneira ainda mais enfática que Günder Frank que a solução para promoção do desenvolvimento na região é a organização da classe trabalhadora e a derrubada da burguesia do poder. Marini e Günder Frank baseiam seu pensamento na corrente marxista e apresentam a revolução socialista como

saída para o desenvolvimento, embora discordem em relação à origem da dependência, que para Marini não é idêntica à relação colonial.

Ruy Mauro Marini destaca que o capitalismo leva a inevitabilidade do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, em função da subordinação entre nações fornecedoras de matéria-prima àquelas que fornecem bens manufaturados. O mecanismo que permite essa dependência é a exploração do proletariado pela burguesia industrial para compensar a baixa escala de produção e capacidade ociosa de seu parque industrial criado a partir da tecnologia importada das nações desenvolvidas.

A corrente marxista da Teoria da Dependência entende os Estados e suas relações como fruto do processo histórico capitalista, marcado pela violência, rivalidade, hegemonia, exclusão e exploração. Para que se eliminem essas características negativas deve-se promover o surgimento de uma nova sociedade socialista, para que se atinja a paz internacional e o desenvolvimento equilibrado entre os Estados.

Fernando Henrique Cardoso, que representa a corrente weberiana da dependência, critica os estudos de Marini e Günder Frank por não realizarem uma análise individualizada sobre o subdesenvolvimento dos Estados que compõem o sistema internacional. Para Cardoso e Faletto, cada caso possui suas características próprias, o que provoca uma limitação na metodologia de análise da dependência externa.

De acordo com o pensamento de Fernando Henrique Cardoso, como as políticas de desenvolvimento implementadas na América Latina foram baseadas somente em aspectos conjunturais do mercado, elas foram insuficientes em termos da construção de um projeto de desenvolvimento independente, principalmente por não levar em consideração a importância da alteração das estruturas sociais.

Para Cardoso e Faletto a dependência da periferia não é um empecilho ao desenvolvimento, apenas mantém o mesmo atrasado, limitado à expansão do centro. A dependência possui caráter de imitação de padrões de consumo e de criação de necessidade, a partir de instrumentos políticos e econômicos, emanados do poder hegemônico do centro. Os EUA como líder hegemônico determinam padrões culturais e de consumo, bem como a dependência financeira da periferia. Esse aspecto do pensamento dos autores é fundamental para a compreensão da

importância das doutrinas e dos métodos de ação de caráter ideológico para perpetuar a dependência da América Latina no pós Segunda Guerra Mundial.

Cardoso e Faletto defendem que a ordem externa oferece um ambiente adequado à utilização eficiente dos instrumentos de dominação mantendo a relação de dominantes e dominados. Como observado ao longo do trabalho, os instrumentos se alteram de acordo com as particularidades de cada Estado e grupos sociais, contudo o interesse hegemônico permanece. Como solução ao problema do subdesenvolvimento, os autores não mencionam a extinção do sistema capitalista internacional, mas sua reestruturação, principalmente pela revisão das políticas nacionais de absorção do capital externo e criação de uma identidade cultural autônoma.

A partir das ferramentas teóricas oferecidas por essa teoria, observa-se que no período do Pós-Segunda Guerra Mundial, houve uma aliança entre as elites nacionais latino-americanas e as elites norte-americanas, representadas pelos grandes monopólios e corporificada na política ativa e deliberada dos EUA. Essa aliança intensificou a dependência financeira e de tecnologia e impediu o desenvolvimento autônomo das nações latino-americanas.

A dependência em relação ao centro e aos Estados Unidos se manifestou na América Latina sobre dois prismas, o financeiro-industrial e o tecnológico-financeiro. A dependência financeiro-industrial se caracterizou pela dominação do grande capital na periferia e cuja expansão se deu por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para o consumo do centro. Deste modo, a produção na periferia, por ser voltada à exportação, era determinada de acordo com a demanda dos centros hegemônicos.

Por sua vez, a dependência tecnológico-financeira era caracterizada pela presença de corporações multinacionais que investiam na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos. Essa conjuntura impedia novos investimentos, pois estes dependiam da existência de liquidez internacional e moeda estrangeira para a compra de máquinas e equipamentos não produzidos internamente.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, nos governos Truman e Eisenhower houve uma baixa priorização dos problemas do hemisfério por parte dos EUA. A pouca ajuda que chegava à América Latina servia apenas para fortalecer as

instituições militares locais e as elites latifundiárias empenhadas na exploração de seus povos, como preconizava a teoria da dependência.

As economias centrais, depois de consolidarem seu sistema econômico nacional de maneira autocentrada, impulsionadas pelo dinamismo da reprodução do capital, ampliaram em escala mundial o seu espaço vital, modelando assim a essência tímida da economia periférica. A partir do pós-guerra, em decorrência da superacumulação de capital e das vantagens comparativas quanto ao emprego da mão-de-obra, a produção e o capital foram deslocados do centro para os países subdesenvolvidos. Isso bloqueou o desenvolvimento das economias nacionais periféricas, pois o capital externo superpôs-se aos próprios Estados nacionais, submetidos aos seus interesses, como previsto pela teoria da dependência (MACHADO, 1999).

O Estado latino-americano ocupou papel secundário na condução da economia, que era deixada ao arbítrio do capital estrangeiro e do capital nacional vinculado ao primeiro, em função da maximização do lucro. Isso se deve ao fato de os formuladores da política econômica terem entendido o desenvolvimento latino-americano em termos de acumulação do excedente. Esse foi um dos pontos mais controversos do processo da industrialização internacionalizada da América Latina, o que explica a dependência em relação às nações desenvolvidas, especialmente dos EUA.

A postura hegemônica dos EUA em relação à América Latina no período é fundamental para explicar a incapacidade dos Estados latino-americanos de promover seu desenvolvimento. Os EUA interferiram diretamente na instalação de regimes ditatoriais na região, pois assim, o controle seria maior, bem como formaram uma elite defensora de seu estilo de vida norte-americana e não-autônoma, conforme defenderam Cardoso e Faletto.

O problema do desenvolvimento latino-americano no período estudado está na forma como o Estado capitalista periférico alimentou um desenvolvimento concentrador e periférico, e não na conduta dos agentes internacionais, como apresentado pelos teóricos cepalinos. Deste modo, apenas através da organização das relações político-sociais dos grupos domésticos, e da articulação destes à dinâmica dos centros hegemônicos, que se poderiam criar políticas que efetivamente se aproveitassem das possibilidades de desenvolvimento econômico.

As doutrinas expostas no capítulo anterior foram fundamentais para propagar hábitos valores e costumes como padrões culturais, tanto para o consumo quanto para as situações políticas. Nesse sentido, no período Pós Segunda Guerra Mundial foi fundamental para a consolidação da hegemonia estadunidense a atuação dos atores norte-americanos, não só no campo das operações estratégico-militares, na condução de suas políticas internacionais e nas relações comerciais mantidas com a América Latina, mas também por meio de suas políticas culturais.

Percebe-se isso em vários momentos do Pós Segunda Guerra, em que embora os EUA e os seus atores não estivessem atuando diretamente na América Latina e não a tivessem como prioridade, os governos latino-americanos se revelaram incapazes de promover políticas adequadas, com modificações institucionais e estruturais. Fundamentais para manter a vinculação latino-americana aos EUA foram as doutrinas impostas pelo último, que foram estratégias de manutenção da dependência, nos âmbitos político, econômico e militar.

As discussões das diversas correntes da teoria da dependência concentraram-se também na avaliação da participação do capital estrangeiro nas economias periféricas. Isto é, analisaram se os ingressos externos dinamizariam as economias latino-americanas ou representaram um obstáculo ao crescimento das economias locais.

No âmbito econômico, a dependência se deu na relação da periferia com três agentes: as multinacionais, cuja presença se expandiu no Pós-Segunda Guerra Mundial, o auxílio intergovernamental, oferecido pelas grandes potências do período e o financiamento através de organizações internacionais, como o FMI. Esses atores que passaram a financiar o desenvolvimento latino-americano no Pós- Segunda Guerra Mundial foram importantes para consolidar a dependência econômica e financeira da região.

Sob a ótica da teoria da dependência, os programas norte-americanos voltados à América Latina não tinham como objetivo promover o desenvolvimento econômico, pois não alteraram as bases das economias latino-americanas. A título de ilustração, a “Aliança para o Progresso” foi vendida pelos EUA como uma alternativa para promover uma ação conjunta entre eles, porém seu fim último era evitar a expansão comunista na região. Assim, a teoria da dependência explica diversos fatos que ocorreram no pós Segunda Guerra Mundial nas relações entre EUA e América Latina, sendo eles intervenções diretas ou indiretas, sob o prisma da

manutenção da influência norte-americana para defesa dos interesses econômicos de seus investidores e empresas.

A corrente weberiana da dependência, composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, elabora uma análise que identifica os condicionantes do processo de desenvolvimento latino-americano no tipo de relação estabelecida entre os atores sociais domésticos e internacionais, de modo que o desenvolvimento é interpretado como um processo social. Assim sendo, a superação da dependência pressupõe uma articulação entre as forças sociais dominantes internas e os centros hegemônicos, o que confere ao desenvolvimento periférico um caráter industrializante-associado.

A corrente marxista, por sua vez, explica o mesmo processo calcado na Lei Geral da Acumulação Capitalista de Marx. Essa corrente que, como apresentado, entende a dependência como uma relação de subordinação entre nações centrais e periféricas, aponta que a superexploração dos trabalhadores seria a única alternativa que os países periféricos teriam de criar os excedentes a serem transferidos para os países centrais, por não possuírem o nível tecnológico adequado que os permitiria produzir bens com alto valor agregado e competir com os Estados centrais. Isso ocorreu devido a forma como os países latino-americanos se inseriram tardiamente na estrutura do comércio internacional.

Dessa maneira, as nações periféricas poderiam aumentar os graus de liberdade na condução de sua política econômica, todavia sem escapar da condição dependente em relação ao financiamento e a tecnologia. Assim, por analisar com mais profundidade as variáveis que efetivamente determinam o ambiente no qual as economias periféricas estão incluídas, a corrente marxista se mostrou mais adequada à análise do desenvolvimento do capitalismo na periferia, por meio da hegemonia imposta pelos EUA.

Embora a corrente marxista da teoria da dependência ofereça elementos relevantes para compreensão da dependência latino-americana em relação aos Estados Unidos, essa perspectiva não contempla aspectos fundamentais, como a questão ideológica e militar. Seria necessário englobar outras questões para compreensão da dependência e não apenas a relação de exploração no âmbito político e econômico, mas atribuir importância a fatores de ordem cultural e ideológica. Além disso, a maior crítica que pode se fazer a perspectiva marxista é que ela não apresenta soluções concretas ao problema do subdesenvolvimento.

Sob esse ponto de vista a corrente weberiana de Cardoso e Faletto propôs alterações estruturais que permitissem um novo ambiente mais social para permitir o desenvolvimento na região. O grande mérito metodológico dessa corrente é constatar ser necessária uma análise individual dos Estados latino-americanos para compreensão de seus problemas, o que permite diagnosticá-los e propor alternativas viáveis em cada contexto.

CONCLUSÃO

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho comprovou-se que a hegemonia norte-americana se impõe aos latino-americanos desde tempos remotos, nas mais variadas formas (intervenção militar, propaganda ideológica, investimentos diretos, empréstimos). Todavia, a hegemonia se tornou mais intensa após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos encontravam-se em posição hegemônica e podiam exercer sua influência econômica e política sobre a América Latina, uma região estrategicamente importante no período da Guerra Fria, em vista da urgência dos Estados Unidos em combater a expansão comunista.

Entretanto, a maior preocupação para os norte-americanos após o término do conflito era garantir sua hegemonia econômica e política através do auxílio aos países europeus, concretizado no Plano Marshall. Dessa forma, a América Latina só se tornou prioridade após a Revolução Cubana, em 1959, quando o fantasma do comunismo tornara-se enfim uma realidade na região.

No período do Pós Segunda Guerra Mundial, a América Latina teve sua importância político-estratégica reduzida para a política externa estadunidense, que se assentou em sua política de combate ao comunismo, devido a segurança conferida pelos regimes militares reinando na região, que chegaram ao poder com auxílio norte-americano.

Na América Latina, como descrito no capítulo que trata da investigação da hegemonia norte-americana nessa região, o fator responsável pelo fortalecimento das tendências centralizadoras e repressivas dos governos que assumiram o poder foi o cerco imposto pelos países capitalistas, principalmente após 1945, quando os EUA assumem a liderança mundial.

Vale ressaltar que o intervencionismo no exterior é um dos componentes fundamentais do *american way of life*. Para os governantes norte-americanos não existe restrição de meios para defender o “interesse nacional” e foi baseado nisso que construíram sua hegemonia na região da América Latina.

Com base na teoria da dependência, observa-se a existência da concentração da força política e econômica nos Estados desenvolvidos. Considerando este pressuposto, defende-se que os Estados hegemônicos podem lançar mão de qualquer medida para proteger seus interesses econômicos.

A relação centro - periferia pode ser definida a partir da análise das razões primordiais para o prolongamento da esfera de ação das economias fortes para as subdesenvolvidas. Como expõe Machado (1999), as economias dos países centrais, após consolidarem seu sistema econômico nacional de maneira centrada, impulsionadas pelo dinamismo da reprodução do capital, expandiram o seu espaço de ação em âmbito mundial, determinando assim a natureza das economias periféricas, de receptora de investimentos e bens de capital e exportadora de bens primários.

A partir do pós Segunda Guerra, em decorrência da superacumulação de capital e com vistas a adquirir vantagens com o emprego da mão de obra mais barata nos países subdesenvolvidos, realizou-se o deslocamento da produção e do capital do centro para as economias periféricas. Dessa maneira, a motivação de reprodução do capital impediu o desenvolvimento das economias nacionais emergentes na América Latina e em alguns casos, se sobrepôs a seus próprios Estados nacionais, submetidos aos interesses dessas economias mais fortes e das classes dominantes locais vinculadas a elas.

Como os teóricos da dependência assinalam, as economias subdesenvolvidas careciam de investimentos que não eram atendidos pela iniciativa privada local para a expansão da sua capacidade produtiva em razão da ausência histórica de acumulação interna, dos salários baixos e da exclusão de grande maioria da população da categoria de consumidores. Além disso, a política de importação de bens e serviços, contração de empréstimos para a construção de infra-estrutura e modernização do maquinário e, por fim, de atração do capital estrangeiro, levava à maior descapitalização e ao endividamento crescente através dos juros, das importações de matérias-primas e do repatriamento dos investimentos externos estabelecidos, o que agravava a dependência externa dessas regiões subdesenvolvidas.

Deve-se destacar - como exposto pelos teóricos da dependência citados no trabalho e a partir da conclusão feita através da análise das doutrinas e métodos de prática hegemônica - que os desdobramentos das ações da política externa do

governo dos Estados Unidos na América Latina no período em questão, baseados nas doutrinas, estiveram muito distantes das propaladas intenções de contribuir para o estabelecimento de governos “plenamente democráticos”, como enunciado nos discursos e nas diretrizes de política exterior, ou de promover o progresso econômico, através do desenvolvimento industrial dessa região.

Para Fernando Henrique Cardoso, existe simultaneamente o processo de dependência e de desenvolvimento capitalista. Para esse teórico, embora subdesenvolvimento, dependência e desenvolvimento sejam conceitos diferentes, existe a possibilidade de um “desenvolvimento dependente”. Os beneficiários do chamado “desenvolvimento dependente”, como defende Cardoso (1970) são as empresas estatais, as corporações multinacionais e as companhias locais ligadas aos anteriores. Cardoso caracteriza esses três agentes como o “tripé do desenvolvimento dependente-associado”.

Os teóricos da dependência da corrente weberiana consideram o capitalismo como relevante para a determinação das relações de dependência e acreditam que a dependência é fruto de uma conjuração de fatores internos de relações sociais, políticas e culturais. Por fim, sustentam a diversificação dos instrumentos de dominação ao longo do tempo e a influência das elites internas dos Estados subdesenvolvidos, na determinação da dependência, a partir de enclaves e condições construídos historicamente, através de suas experiências coloniais.

Na América Latina, ao tentar se inserir na era da produção moderna, alguns países atingiram a intensificação do processo de industrialização, provocando o desenvolvimento econômico, mas com conseqüências restritas quanto à autonomia da economia nacional. Dessa maneira, a América Latina se subordinou aos interesses norte-americanos e de seus principais grupos econômicos.

De modo geral, para os dependentistas da corrente marxista, a única saída para a dependência é a articulação de uma esquerda organizada que faça frente às classes detentoras do poder, dinamizando as nações em sua estrutura e tornando possível o desenvolvimento sustentado e independente dessas economias.

Já para os teóricos da corrente weberiana a saída real ao problema do subdesenvolvimento é a consolidação de instituições e políticas voltadas a reestruturação social e política, que permitam a eliminação da dependência, sem a necessidade de eliminar o sistema capitalista internacional, mas apenas reinserindo

os países periféricos nesse cenário de maneira a permitir que atinjam um maior grau de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BETHELL, Leslie, ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CAMPO, João Mota. **Organizações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique, FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC, 1970a.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina**. Velhos e novos paradigmas. Brasília, Ibri/Funag, 2001.

CHOMSKY, Noam. **O que o Tio Sam realmente quer**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

_____. **O império Americano: Hegemonia ou Sobrevivência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Contendo a Democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COX, R. *apud* AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DREIFUSS, René. **A Internacional Capitalista: Estratégia e Táticas do Empresariado Transnacional**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ELIAS, NORBERT. **O processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca em América Latina**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

FRANK, André Günder. **Do Subdesenvolvimento Capitalista**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

_____. **O inimigo imediato**, 1968. In: LOWY, Michael. **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1900 aos dias atuais. São Paulo: Fundação Puseu Abramo, 1999.

_____. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**: repensando a teoria da dependência. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**: formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a Dependência**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, ed. bras. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.

JULIEN, Claude. **O Império Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

KATCHATUROV, Karen Armenovitch. **A Expansão Ideológica dos EUA na América Latina**: doutrinas, formas e métodos da propaganda dos EUA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

KRAUSE, Walter. **A Economia da América Latina**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968.

LEUCHTENBURG, William. (Org). **O Século Inacabado. A América desde 1900**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 2 v.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. Os Estados Unidos a Revolução Cubana e a Contra-Insurreição. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p.67-82, jun.1999.

MOFFIT, M. **O dinheiro no mundo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1991.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Odete Maria. In: BEDIN, Gilmar Antonio (Org.) 2.ed. **Paradigmas das Relações Internacionais**. Ijuí: Unijuí, 2004.

PRÉBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, n. 1, 1949.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROMANOVA, Z. **A Expansão Econômica dos Estados Unidos na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SALDANHA, Eduardo. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: JURUÁ, 2006.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. **O debate atual sobre a dependência**. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2017%20-%20Economia%20Pol%C3%ADtica%20do%20Desenvolvimento%20II/O%20DEBATE%20ATUAL%20SOBRE%20A%20DEPEND%C3%8ANCIA.pdf>. Acesso em: 05 de julho de 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do Iseb e da CEPAL à Teoria da Dependência**. Disponível em <<http://www.scribd.com/doc/397708/Do-Iseb-e-da-Cepal-a-Teoria-da-Dependencia>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **'Teoria da Dependência' ou Análises Concretas de Situações de Dependência?** 1970b. Disponível em: http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/teoria_da_dependencia.pdf. Acesso em: 20 de junho de 2010

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos Avançados**, v.13, n.35, São Paulo, jan./abr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100018&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 de junho de 2010.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil:** de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964). Dissertação de Mestrado (História), Porto Alegre, UFRGS, 2008.

ANEXOS
ANEXO A

Tabela 2- Taxas anuais médias de crescimento da indústria e do comércio mundiais

Tabela 2 – Taxas anuais médias de crescimento da indústria e do comércio mundiais

Anos	Indústria mundial	Comércio mundial
1860-1870	2,9	5,5
1870-1900	3,7	3,2
1900-1913	4,2	3,7
1913-1929	2,7	0,7
1929-1938	2,0	-1,15
1938-1948	4,1	0
1948-1971	5,6	7,3

Fonte: Beaud, 1987, p.312.

Fonte: AYERBE, 2002, p. 70.